



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0943/07	DATA: 27/6/2007
INÍCIO: 14h13min	TÉRMINO: 16h40min	DURAÇÃO: 2h27min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h26min	PÁGINAS: 65	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO


SUMÁRIO: Debates sobre assuntos internos. Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há palavra ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas e conseqüências responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol (vôo nº 1907), e um Jato Legacy, da American ExcelAir, com mais de uma centena de vítimas.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Um instante.

Ata.

Encontram-se sobre as bancadas cópia da ata da 21ª reunião. Pergunto...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do nobre Deputado Eduardo Cunha.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicações.

Informo que teremos as seguintes atividades: amanhã, dia 28 de junho, tomada de depoimento do Sr. Vinícius Lanzoni Gomes, servidor do Instituto de Controle do Espaço Aéreo — ICEA, e do Deputado Federal Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos, ex-Presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária — INFRAERO.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Vanderlei Macris e, em seguida, ao Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, tenho 3 questões de ordem para levantar a V.Exa. Primeiro, recebemos 93 volumes, como este aqui,



na CPI, das chamadas HOTRANs — os Horários de Transporte fornecidos pela ANAC para as empresas aéreas. Gostaria que V.Exa. autorizasse já, uma vez que não se trata de documentos sigilosos, uma cópia, para que este Deputado pudesse fazer uma análise mais adequada, mais aprofundada sobre essas questões.

Essa é a primeira solicitação.

A segunda, Sr. Presidente, é que mais uma vez ficou sem a necessária resposta a solicitação de quebra de sigilo, que no caso não é essa a proposta, uma vez que houve de parte da depoente Therezinha autorização para que esta Comissão tivesse acesso aos extratos bancários também e, além disso, aos demais detalhes da proposta que fizemos na última reunião. Gostaria também que V.Exa. me informasse se há ou não assinatura de autorização, como em outras CPIs foi feito, para que a Sra. Therezinha nos desse, por transferência, a possibilidade de solicitar ao Banco Central essas informações.

E por último, Sr. Presidente, o mais importante, porque trata desta reunião, é a solicitação que fizemos de adiamento do depoimento do Deputado Carlos Wilson, marcado para amanhã, uma vez que não estamos ainda de posse das informações necessárias para promover, com adequada informação, o depoimento, amanhã, do Sr. Carlos Wilson, especialmente as auditorias do Tribunal de Contas listadas e as informações complementares que solicitamos.

Portanto, fica a solicitação para adiamento do depoimento do Sr. Carlos Wilson para amanhã.

Era o que queria dizer.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Nessa linha, Presidente, também me acostando ao pronunciamento do Deputado Macris...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Espere.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - É o mesmo raciocínio. Aí, V.Exa. pode se pronunciar sobre tudo de uma vez só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, porque o Deputado André Vargas está inscrito.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Então, inscrevo-me depois do Deputado André Vargas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, é lógico que, com relação às questões que o Deputado Macris levantou, nós já tínhamos uma posição em relação à questão do sigilo da D. Eleuza, que não foi discutido e não foi debatido nesta Casa. É uma solicitação pessoal de uns dos integrantes da CPI. Em relação à questão do Deputado Carlos Wilson, é novidade para este membro; esse pedido de transferência é novidade.

Eu queria aqui trazer aos pares e à Mesa uma denúncia e uma preocupação que tenho em relação à condução não desta CPI, mas desse processo todo. No domingo, Sr. Presidente, o programa *Fantástico* trouxe ao ar uma entrevista com Christoph Gilgen, um suíço, da IFACTA, dizendo que voar no Brasil não é seguro, os equipamentos são obsoletos, enfim, repetindo o discurso dos nossos controladores de vôo aqui. Então, atacando o sistema de controle aéreo do Brasil, um suíço, e colocando-se como um técnico, colocando-se como conhecedor absoluto desse assunto.

Hoje pela manhã — não sei se só eu, acho que outros Parlamentares também receberam —, recebi, de forma anônima, um conjunto de informações e de possíveis *e-mails* que foram trocados entre essa pessoa, esse suíço, mais um português e os controladores Moisés Almeida, Wellington Rodrigues e outros tantos, Carlos Trifilio. Esses 3 me parece que estão presos, estão nesse processo aí, detidos, alguns afastados.

Dentro desses *e-mails*, Sr. Presidente, o que faz, o que fala esse suíço, comunicando-se com os controladores, esses que eu disse aqui? Eles combinam uma estratégia de ataque para respaldar a reivindicação sindical, um ataque ao sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro. Combinam estratégias, inclusive o que deve ser e o que não deve ser falado. Possivelmente trocam documentações presumivelmente sigilosas.

Fala o Christoph — só para concluir, Sr. Presidente: *“Então temos razão de ter um certo otimismo, sem, portanto, criar vitórias, seria bem cedo. O que eu lamento bastante é a falta de retorno e de garra de vocês”*. Diz o suíço: *“As informações que chegam aqui com a IFACTA estão pelo menos pequenas e insignificantes, comparando com o que se pediu, que se perguntou. Eu não sei como explicar isso, sei que todo mundo está bastante ocupado e estressado, mas mesmo*



*assim eu tenho que pedir a vocês”. Diz o suíço: “Vocês façam mais, muito mais e, sobretudo, mantenham a pressão, mantenham a proa e não deixem” — olhem, pasmem — “não deixem mais sair o peixe das redes”. Quem é o peixe? O povo brasileiro? O Governo brasileiro? “Seria bem lamentável, após ter lutado tanto, ter feito 80% do trabalho. Então, por favor, mantenham a proa e forneçam as coisas que pedimos aqui para poder falar com a imprensa brasileira. Eu até fico inundado de pedidos de detalhes, entrevistas e outras coisas. Tudo indica que eles percebem que o sistema...” E por aí vai.*

É um conjunto de *e-mails*, Sr. Presidente, que eu quero encaminhar à Mesa. Eu acredito que seria importante quebrar o sigilo desses controladores. Eu os recebi de forma anônima. Outros Deputados também receberam. Devem ter recebido, não sei. Estava no escaninho, na caixinha hoje pela manhã. Até peguei pessoalmente, quando peguei os jornais. Veja, é uma preocupação que tenho. Lógico que aqui sempre tenho sido moderado. E nós criticamos a postura do Demostenes ao criminalizar os controladores, porque entendiam que, com isso, estavam ajudando a aumentar a crise e não diminuindo.

Também neste plenário manifestei a minha incompreensão pelo fato de a Polícia Federal ter pedido indiciamento, o Ministério Público Federal ter indiciado os controladores antes da investigação do CENIPA. Talvez só no Brasil é que tenhamos uma CPI e a Polícia Federal, de forma muito açodada, atacando os controladores. Eu sempre fui moderado, mas também sempre procurei defender. Eu acho que é a compreensão de todos, do Brasil.

Mas o que vemos agora? Eu acho que a imprensa tem de tomar muito cuidado quando apresenta as chamadas autoridades para tratar de um tema, porque isso ataca o interesse nacional, a segurança nacional. E queria, portanto, manifestar essa preocupação, encaminhar esse documento que recebi e falar publicamente disso, do meu repúdio em relação a um eventual, se verdade, conluio, uma conspiração internacional para dar guarida a uma pauta legítima, a uma tese legítima, a pauta sindical, uma tese da desmilitarização, que é legítima no âmbito democrático. Há outras teses, mas nós não podemos recorrer ao extremo, atacando os interesses nacionais. Era isso, Sr. Presidente.



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Só fazer uma pergunta, Deputado André Vargas: são cópias de mensagens de *e-mails*, é isso?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - São *e-mails* que trocam entre si Moisés Almeida, Christoph Gilgen, Wellington Rodrigues, Hugo Pastor, que eu não pude identificar, um tal de Rodolfo, Carlos Trifilio, que nós reconhecemos, Jorge Oliveira, Moisés Almeida, Moisés Marinho. Identifiquei Wellington Rodrigues e um tal de Belo, que possivelmente é um português, pelo que dá para depreender dessas... Fiz algumas anotações aqui. Até elas não estão em perfeito estado. A Deputada Luciana Genro está pedindo, mas eu vou encaminhar à Mesa uma cópia. São *e-mails* que trocam entre si, esse líder internacional, esse técnico que foi apresentado pela *Globo* anonimamente. Eu os recebi no meu escaninho.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem, por favor.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Esse Christoph que aparece aí é o mesmo suíço que apareceu...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - No *Fantástico* como o bambambã, dizendo que é inseguro voar no Brasil. Pode atrasar, pode ser que nós tenhamos um problema de fluxo, de gestão, agora daí a dizer, alguém lá, combinado, pelas evidências aí, de forma combinada e articulada com os líderes aqui, dizer e atacar a imagem nacional, dizer que aqui não dá para voar, que aqui... Diz na entrevista, acho que alguns assistiram, a entrevista desse mesmo cidadão que troca esses *e-mails* com os controladores brasileiros, ele diz que os equipamentos são obsoletos. A mesma coisa que se diz aqui internamente, mas ele repete no alto, porque infelizmente no Brasil, às vezes, uma pessoa da Suíça, a fala dela ganha um peso, conforme a conotação que se dá e a amplitude que se dá, um peso diferenciado dos bons técnicos que nós temos no Brasil, garantindo a segurança dos nossos vôos. Então, é aquele que falou no *Fantástico*. Esses *e-mails* presumivelmente trocam informações, combinando inclusive a estratégia para essa entrevista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado André Vargas, acho que V.Exa. traz uma boa contribuição a esta CPI. E a nós causa muita espécie que um canal de televisão, como a *TV Globo*, dê espaço para um tipo de informação



dessas que só traz intranqüilidade à sociedade brasileira. Se fosse uma coisa que fosse verdadeira, que fosse comprovada, a televisão poderia até estudar os prós e os contras, as conveniências ou não, mas talvez seja uma das únicas pessoas no mundo que está dizendo uma coisa dessas a respeito do tráfego aéreo brasileiro. Realmente eu vejo como um desserviço, que a gente não entende as razões por que se dá publicidade a um tipo de informação dessas.

Com a palavra o nobre...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, antes de o senhor passar a palavra...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - ...eu quero também ressaltar essa informação prestada pelo Deputado André Vargas, pela gravidade dela, se confirmarem, primeiro, a existência desses *e-mails* que aqui estão sendo apresentados, que foram trocados entre o suíço e os controladores de vôo, que expressam essa combinação em relação à crise que nós estamos vivendo, em relação às denúncias que fariam sobre os equipamentos. Até mesmo porque esse cidadão apareceu no programa *Fantástico* como se fosse uma instituição com credibilidade, uma pessoa de fora, de um sistema atualizado e que estaria fazendo uma denúncia fruto de uma análise técnica consistente que havia sido feita sobre o sistema. Se aparecem esses *e-mails*, indicando que há contatos permanentes realizados entre os controladores e esse cidadão, parece-me que isto é uma denúncia grave e que nós precisamos analisar. É lamentável que isto esteja acontecendo.

Eu, inclusive, apresentei aqui uma série de requerimentos pedindo informações sobre esse cidadão chamado Christoph. Quero saber qual é o seu papel efetivamente. Apresentei requerimento que pede à OACI que apresente informações sobre se essa entidade tem condições técnicas de apresentar relatórios com essa envergadura e com todas essas questões.

Então, também quero expressar aqui, Sr. Presidente, a minha perplexidade com essa informação trazida pelo Deputado André Vargas. Se isto for verdade, nós precisamos fazer uma análise técnica, inclusive, sobre esses documentos, para que possamos tratá-los aqui na CPI.





**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, só uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o nobre Deputado... Depois passo a palavra a V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - É uma questão de ordem rápida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado Efraim Filho já estava inscrito.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Sr. Presidente, a questão de ordem é apenas para alertar sobre o tempo exíguo de que dispomos, devido ao intervalo, e também para saber de V.Exa. se vai manter a praxe de outras sessões extraordinárias de que esperar a votação no plenário, se poderíamos votar os requerimentos mesmo durante a ocorrência da sessão extraordinária, enquanto não houvesse votação.

Quanto à questão do Deputado Carlos Wilson, também somos favoráveis ao adiamento, porque não temos o documento necessário. A documentação necessária já foi pedida, já foi requerida e, mais uma vez, não chegou. E, aliás, não temos nem assessoria técnica, porque chegam os documentos, nada de Tribunal de Contas da União, nada de Polícia Federal e nada de agências. Então, também somos favoráveis ao adiamento, até que a assistência técnica venha a compor a assessoria da Casa. Apenas peço celeridade. Acredito que programas televisivos da *TV Globo* e afins serão discutidos em outros fóruns e não aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Quer a palavra, Deputado?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu queria...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, também me inscrevo.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, eu queria contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Está inscrito. Estão inscritos os nobres Deputados Gustavo Fruet, Luciana Genro, Solange Amaral, Ivan Valente.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, apenas...





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o nobre Deputado Marco Maia.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, nós não vamos votar nada, então, Sr. Presidente? Porque se nós ficarmos falando aqui vai entrar a Ordem do Dia e nós não vamos votar nada.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - É. Vai entrar a Ordem do Dia. V.Exa. nunca foi tão condescendente na abertura, para todo mundo se inscrever para falar. É extrema coincidência o que está acontecendo aqui hoje.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Quer dizer, nós não vamos votar nada hoje. Nós temos requerimentos de urgência extrapauta, do Tribunal de Contas, do Dr. Lucas Furtado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu gostaria que V.Exa. se decidisse se eu devo ser condescendente ou se eu devo ser rigoroso.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Com a exigüidade do tempo, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Porque quando eu sou rigoroso eu sou criticado.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - ...quero que siga a pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Quando eu sou condescendente eu sou criticado.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu gostaria, então aqui, pela maioria, de colocar extrapauta para votar logo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Então, pronto. Então, vamos começar, Sr. Presidente. É o pedido que eu lhe faço, em nome...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Está inscrito o nobre Deputado Gustavo Fruet, que tem todo o direito de declinar da sua inscrição.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Porque senão vai começar a Ordem do Dia. O Dr. Mozart informou que entre 14h30min e 15h, impreterivelmente, começa a Ordem do Dia. Ele informou para o Democratas: entre 14h30min e 15h.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não...



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O senhor vai manter...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ...deve começar nova sessão.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, com Ordem do Dia direto.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Não, não. Tem que registrar presença de novo. Tem todo esse tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não. É uma informação nova, Deputado.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, Sr. Relator, são 3 questões. A primeira, reforçar o pedido de adiamento do depoimento, amanhã, do Deputado Carlos Wilson. Nós já aceitamos o depoimento da Dra. Terezinha. Mas a partir de hoje, Presidente, nós vamos adotar — e não receba isso como intransigência — os dispositivos regimentais que permitem à Minoria a solicitação, inclusive, de colocação de requerimento extrapauta.

Por que isso? Nós pedimos, com relação ao sistema de tráfego aéreo, todas as auditorias do Tribunal de Contas da União referentes ao sistema, ao desenvolvimento e manutenção, sem especificar se isso se trata da INFRAERO, o que foi objeto de questionamento, desde o primeiro momento.

Então, hoje, nós entramos com 5 requerimentos extrapauta. O primeiro deles diz respeito ao Requerimento nº 2. E lembro que na primeira pauta publicada nesta Comissão todos os requerimentos foram divulgados. Depois, V.Exa. adotou um procedimento, usando o Regimento, de estabelecer a pauta. E, na seqüência, até em função do questionamento, V.Exa. fez aquela classificação que eu chamei de votáveis, não-votáveis e polêmicos. E V.Exa. disse que marcaria uma reunião para tratar da discussão de colocação ou não em pauta dos polêmicos. Então, para superar essa etapa, nós estamos pedindo que se coloquem extrapauta 5 requerimentos. O primeiro é esse.

E o segundo é necessário para a oitiva do Deputado Carlos Wilson, porque é um fato inédito na história da INFRAERO. A Controladoria-Geral da União abre um procedimento de investigação, faz recomendações e, com base nessa recomendação, a Presidência da INFRAERO afasta um diretor e outros funcionários da empresa. Nenhum dos depoentes nos disse o que consta nessa recomendação.



E nós não tivemos acesso ainda a essa recomendação da CGU. O depoimento amanhã poderá ser muito proveitoso, mas terá muito obstáculo, muita restrição e muita limitação, por absoluta falta de informação, quer seja do Tribunal de Contas da União, quer seja da Controladoria-Geral da União. Então, o primeiro pedido é o do adiamento.

A segunda manifestação é destacar que o terceiro, o quarto e o quinto pedidos se referem a convocações da Sra. Elizabeth Farina, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, para prestar esclarecimentos sobre a situação das companhias aéreas e, bem como, para reforçar o pedido de auditoria e avaliação do sistema, conforme vem sendo discutido nesta Comissão.

O terceiro item diz respeito à manifestação do Deputado Macris. A Sra. Terezinha, no depoimento dela, provocada por uma pergunta do Relator, disse que abriria mão do seu sigilo. Depois, o Deputado Macris reforçou o pedido e acrescentou o sigilo telefônico. E ela reafirmou que abriria mão. Ou foi jogo de cena, ou esta CPI vai ter que fazer valer o “I” da CPI, ou será uma Comissão Parlamentar sem “I”. Ou a pessoa assume o compromisso aqui e cumpre, ou está descumprindo com o juramento e com a promessa feita nesta Comissão.

Nós não estamos discutindo se ela deve ou não ser investigada. Da minha parte, bastariam os dados telefônicos. Mas não se trata de discutir a motivação. Trata-se de discutir se o que foi dito na Comissão vale ou não vale. E não foi mera especulação ou um ato espontâneo; foi voluntário. Ela abriu mão. É por isso que eu estou cobrando. Não havíamos pedido quebra de sigilo da Sra. Terezinha. O que eu estou cobrando agora é que se cumpra o papel de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ou vale o que foi dito, ou que se represente por falso testemunho.

E, por fim, Presidente, com relação à convocação do representante daquela entidade que prestou depoimento — toda investigação é necessária —, eu não recebi essas informações, esses *e-mails*. Acho importante, se ele for convocado, que explique as razões que colocam em dúvida o sistema, mas sem entrarmos em paranóia e imaginar que é teoria conspiratória, e também investigar as denúncias apresentadas pelo Deputado André Vargas.

Mas vamos além. Além do depoimento, da entrevista desse representante dos controladores, hoje, alguns jornais divulgam uma declaração do Presidente da



Federação Internacional de Pilotos, que também apresenta preocupação quanto à mudança apresentada neste final de semana com relação ao sistema aéreo. Então, a informação, sempre com todo o respeito, mas com todas as restrições... Mas é importante, porque se for para estabelecer a convocação dessa pessoa, que também se convoquem outras pessoas de outros países que se têm manifestado sobre o sistema aéreo brasileiro.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu gostaria de contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, nobre Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu vou tentar resumir rápido, fazer várias contradições logo, de uma vez, para a gente poupar o tempo e ver se consegue avançar.

Primeiramente, com relação ao depoimento do Deputado Carlos Wilson, que já estava marcado, foi adiado de comum acordo, por causa de um problema familiar que teve, na véspera daquele depoimento, ninguém levantou nenhuma questão de ordem e agora estão levando, na véspera. Só que nós ouvimos aqui todos os ex-Presidentes e o atual Presidente da INFRAERO. Ninguém levantou antes a questão. Então, se nós ouvimos todos, vamos ouvir também o Carlos Wilson. Se amanhã ou depois surgirem fatos que mereçam o esclarecimento dele, que ele seja reconvocato. Ninguém aqui está discutindo esse ponto. Eu não abro mão daquilo que está marcado pela Comissão, da convocação que está feita, da sessão que está marcada, até para ser igualitário, isonômico com todos aqueles que já vieram aqui.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Não é só V.Exa. que tem que abrir mão, não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, eu estou colocando a minha contradita, até porque isso não está em deliberação. Tem por acaso um requerimento aqui desconvocando para ser votado? Tem por acaso um requerimento pedindo adiamento?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Tem. Tem requerimento para ser votado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, põe e vamos votar.



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - É questão de o Presidente colocar para ser votado.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Ponha e vamos votar. Minha posição vai ser contrária.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Tem muitos requerimentos que não estão indo a voto.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Estou colocando a minha posição. A minha posição será contrária.

Só para terminar minha contradita, Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. marque o depoimento do diretor de engenharia Justi, do Sr. Fernando Perrone. Já veio a diretora de engenharia aqui do Sr. Carlos Wilson e não veio o diretor de engenharia do Sr. Perrone, que tem muito a explicar a esta Comissão. Eu, inclusive, chamei a atenção para isso no depoimento do Sr. Perrone lá. Então, temos que botar os pingos nos is. A verdade é a seguinte: estamos numa situação que todo mundo, regimentalmente, tem direito a apresentar qualquer requerimento. Ninguém aqui está dispondo o contrário. E vamos votar. Entra extrapauta, vota, tem que ter a maioria, metade mais um, para poder incluir, e vamos para o voto e pronto. Ganhou, ganhou. Perdeu, perdeu. Ninguém está discutindo esse ponto.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Deputado Eduardo, me permite um aparte?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, V.Exa., pela sua gentileza, não posso negar. Mas é que daqui a pouco vão dizer que eu estou querendo tumultuar para cumprir o horário.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A nossa única preocupação é que não temos técnicos do TCU, não temos técnicos da Polícia Federal trabalhando na Comissão. Então, chega um horror de documentos aqui, e nós não temos como analisar todos esses documentos. E aí as autoridades vêm para cá e ficamos fazendo perguntas aqui que, na verdade, às vezes, estão corretas, mas poderíamos fazer com mais consistência.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas, Deputado, a bancada de V.Exa...



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Então, eu ainda não entendi...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - ...é a que tem melhor assessoria técnica aqui e faz as perguntas mais bem formuladas e preparadas.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu não tenho dúvida. Tenho certeza disso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não há necessidade.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Obrigado pela parte que nos toca.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas nós precisamos ter técnicos. Não entendi até hoje por que o Presidente não requisitou técnicos do TCU para virem para cá; da Procuradoria-Geral da União; da Polícia Federal.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Levanta a mão o técnico do TCU que está aqui.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Presidente, o Deputado Vic Pires está conturbando.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não estou conturbando. Eu estou pedindo um aparte para ele, e ele me concedeu.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu concedi um aparte, mas não para ficar fazendo discurso.

Presidente, eu quero concluir a minha contradita e dizer o seguinte: V.Exa. já marcou administrativamente e tem amanhã. Se houver um requerimento para cancelar a convocação dele ou desconvocar, que se vote. Algum outro problema será deliberado pela Comissão. Até o ponto que não for deliberado V.Exa. continua. E não tem liberalidade de V.Exa., não. Se começar a Ordem do Dia, não vamos apreciar requerimentos com a Ordem do Dia funcionando. São nulos. Eu vou me opor a isso. Então, V.Exa., obviamente, como sempre fez, vai continuar cumprindo o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Esta é a minha proteção: o cumprimento do Regimento.

Deputado Vic Pires, nós fomos em comissão ao Presidente do Tribunal de Contas — eu, o Deputado Gustavo Fruet, o Deputado Vanderlei Macris, o nosso





Relator —, pedimos toda a assessoria do tribunal. O tribunal atendeu nosso pedido e mandou os técnicos para cá.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Apresente a nós, então, pelo menos.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - É. Seria uma gentileza.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Seria uma gentileza para o Democratas, para que possamos recorrer a eles...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Só para esclarecer aqui. É que esses técnicos, inclusive, chegaram com ofício enviado pelo Tribunal de Contas da União, entregue aos Parlamentares naquela lista de ofícios, documentos que estão lá, inclusive com o nome do técnico. Nós íamos fazer a apresentação deles na semana passada. Não teve sessão aqui, em função da nossa ida ao CINDACTA. Mas está aqui. Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, o técnico do TCU é o Sr. Emílio Carlos da Cunha. Pode se levantar aí, Emílio. Levanta aí para mostrar que está aqui, trabalhando conosco. Nós temos o técnico da AGU...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não é meu parente, não, hein? Só para esclarecer.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - ...o Sr. Marcelo Belisário dos Santos. Marcelo, por favor, levante. Também está aqui nos ajudando. Nós temos, da INFRAERO, o Sr. Nelson Borges Ribeiro. Está aí o Nelson? Tem aqui nos ajudado. Da ANAC, o Marcílio Lins. O Marcílio não está aqui neste momento. Nós temos aqui os consultores da CPI, que são ligados à área de transporte e defesa pública: o Sandro Gonçalves, o Cláudio Moura. Da Defensoria Pública e Defesa Nacional: Fernando Vanderlei Rocha. Nós temos aqui também, do Ministério da Defesa e da Aeronáutica, o Tenente-Coronel Antônio Marcos Costa, que tem assessorado também esta CPI. Então, são vários assessores que já estão aí, inclusive o assessor do TCU, conforme o combinado com o Presidente do TCU naquela audiência que nós realizamos com ele e que estava sendo informado aqui pelo nosso Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, esses técnicos que estão aqui estão à disposição da CPI; do Relator, obviamente, que faz o trabalho maior, e de todos os membros da CPI. Podem se dirigir aos técnicos, pedir auxílio, informações, pedir para auxiliar em algum trabalho.





Vamos ao próximo inscrito, a nobre Deputada Luciana Genro.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, já que fui premiada com o troféu Madrinha dos Controladores pelo jornal *Folha de S.Paulo*, eu gostaria de dizer que tenho pautado a minha atuação na CPI pela busca da segurança do tráfego aéreo. E esta minha preocupação com a segurança do tráfego aéreo aumentou bastante no dia de ontem, quando participei do Encontro Nacional de Controladores, onde também estiveram os Deputados Martini e Ivan Valente — e eu havia comunicado a todos os Deputados que a palavra estaria franqueada naquele encontro. Lá ouvi novamente várias denúncias do que se passa neste momento

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Eu pediria ao Deputado André que colaborasse.

Lá ouvimos várias denúncias a respeito do que vem acontecendo desde sexta-feira passada. Embora tenhamos discutido aqui na CPI, na quinta-feira, que tentaríamos fazer uma intermediação entre a Aeronáutica, os controladores e o Governo, isso se inviabilizou, pela decisão tomada pelo Governo e pelo Comando da Aeronáutica de partir para uma onda de prisões, de transferências e de repressão, o que repudio veementemente. Mas a partir desse momento, várias coisas começaram a acontecer dentro dos CINDACTAs, particularmente no daqui de Brasília, cujo relato ouvimos no encontro dos controladores.

Após esse encontro, eu estive numa audiência com o Comandante Juniti Saito, a convite das esposas dos controladores, que haviam solicitado a ele uma audiência. Ele as recebeu junto comigo, muito gentil, muito paciente. Esteve conosco por mais de 1 hora, debatendo com muita serenidade a questão da desmilitarização, a questão das punições. E, em meio a esse diálogo, ele confirmou que havia mudado o regulamento, no que diz respeito às horas de treinamento para que um controlador seja transferido de um setor para outro.

Controladores que atuam na defesa aérea foram transferidos para o controle de tráfego aéreo civil. Controladores que atuam em outras regiões, em outros CINDACTAs foram transferidos para o CINDACTA de Brasília, para suprir a falta dos controladores que foram presos ou transferidos — foram 14 os que saíram do



CINDACTA de Brasília, transferidos para a defesa aérea. Vejam bem: desses 14 que foram transferidos para a defesa aérea, entre eles o presidente da associação, o Edileuso, diretor de mobilização. Eles estão fazendo um curso lá na defesa aérea. Eles não estão ainda atuando na defesa aérea. Já os controladores que vieram da defesa aérea para o CINDACTA de Brasília estariam, segundo as informações divulgadas nesse encontro dos controladores, já atuando. E o Comandante, nessa audiência com as esposas, da qual participei, confirmou que mudou o regulamento, diminuindo as horas de treinamento necessárias para que fosse efetuada essa transferência. Ele não entrou no detalhe de para quantas horas haveria baixado essa norma, mas a *Folha de S.Paulo* hoje relata que teria baixado para 45 horas de treinamento, e o regulamento anterior especificava entre 90 a 150 horas, dependendo do caso. Os controladores que estavam no encontro relataram ainda que sequer essas 45 horas que o novo regulamento dispõe estariam sendo cumpridas

Então, isso, para mim, Presidente, é de extrema gravidade, porque o Governo e o Comando da Aeronáutica estariam diminuindo a margem de segurança dos vôos, não só por este fato, mas também porque, segundo as denúncias dos controladores, há um processo de superexploração dos controladores que ficaram trabalhando no CINDACTA de Brasília, com jornadas de trabalho que não respeitam os intervalos determinados pelo regulamento, não respeitam o intervalo de 12 horas entre um turno e outro, não respeitam horário de almoço. Então, isso também influiria na questão da segurança do tráfego aéreo.

O requerimento que eu apresentei, Presidente — e peço que, se não houver condições de nós aprovarmos, que V.Exa. e o Relator encaminhem em nome próprio à Aeronáutica —, foi porque tenho certeza de que eles têm o maior interesse em comprovar a esta CPI que os controladores que estão atuando no CINDACTA de Brasília têm toda habilitação para fazê-lo e que a segurança do tráfego aéreo está garantida.

Eu gostaria de, primeiro, fazer esta solicitação. Se nós não pudermos votar o meu requerimento, que V.Exa., como Presidente, faça essa solicitação.

Em segundo lugar, sobre a suposta denúncia do Deputado André Vargas, quero dizer que, em princípio, não encontrei aqui nada que desabone os



correspondentes. Há apenas um diálogo entre controladores aéreos, no sentido de ver como melhor apresentar a sua defesa e as suas idéias. E questiono quem é que colocou isso no escaninho do Deputado, se, por acaso, são forças ocultas do próprio Comando da Aeronáutica — que nós sabemos tem os seus meios próprios de obtenção de informação privilegiadas, como todas as Forças Armadas têm — ou se está ocorrendo quebra de sigilo de correspondências desses cidadãos. Porque isso significa quebra de sigilo de correspondência. Então, eu...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Deputada Luciana, permite-me um aparte?

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Nesse seu raciocínio, Deputada Luciana, eu acho que é muito fácil para a Câmara, com a vigilância que nós temos de vídeo aqui, saber realmente quem foi que colocou no escaninho do Deputado André Vargas, aqui na Câmara, essa documentação toda. E rapidamente nós vamos saber se houve realmente a quebra do sigilo ou não, já que ele afirmou aqui que estava no escaninho e ele, pessoalmente, pegou no escaninho.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Só para concluir, Sr. Presidente, eu acho muito mais grave do que o conteúdo dos *e-mails* a quebra de sigilo de correspondência que ocorreu. Então, peço que V.Exa. também considere esta questão, no momento em que tomar uma decisão a respeito desse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputada Luciana Genro, vou até me intrometer aqui — eu não sei se deveria ter-me manifestado —, mas vejo do ponto de vista da sociedade brasileira. Nós estamos vivendo uma crise do tráfego aéreo brasileiro. Aí, vem um possível chefe de controladores, líder dos controladores, vai para a televisão, de maneira camuflada, para não mostrar a imagem dele — que eu acho até correto mesmo —, e diz que o sistema não é seguro, que nós temos gogos no controle aéreo e que, além de gogos, temos surdos. Aí uma televisão de âmbito nacional dá espaço para um suíço dizer vários erros, vários defeitos que há no sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro.

Nós não somos especialistas, mas todas as informações que nós recebemos, até agora, de todos os técnicos, de todos os especialistas, de todas as pessoas que



entendem, são unânimes em dizer que o padrão tecnológico dos nossos equipamentos, o número de equipamentos, a cobertura que nós temos, a comunicação, o tráfego aéreo brasileiro é seguro. Nós precisamos acreditar nessas pessoas, senão nós vamos acreditar em quem?

Mas, aí, quando aparece numa televisão, em nível nacional, num programa assistido no País inteiro, um especialista suíço dizendo que não é, e isso aparece conjugado com um líder dos controladores, dizendo que tem surdo, que tem gago no sistema de controle, isso, de certa forma, cria uma intranqüilidade, um pânico na sociedade, e nos parece que tudo o que nós vimos até agora não corresponde à realidade. Então, é a gravidade desse problema...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Tudo, com exceção do que dizem os controladores. Sr. Presidente, V.Exa. considera que a opinião dos controladores é irrelevante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não. Olha o que eu disse aqui: que apareceu um líder dos controladores... Eu estou criticando só isso.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Pois é. Mas eu acho que é obrigação deles alertar a sociedade, se eles consideram que existe perigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Espera lá. Ele criticou o sistema de controle de tráfego aéreo dizendo que tem gago e surdo. Como é que um...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - A Deputada Luciana Genro, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Na revista, não, na televisão. Eu assisti na televisão.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Qual o programa, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Para matar o berne vão matar o boi. Para resolver um problema pequeno vão acabar com o sistema aéreo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Isso é pouco coisa.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Vamos deixar o boi para o Senado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Bovino é difícil. E boi está na moda.



**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Qual foi o programa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado André Vargas...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Tem boi voador aí no pedaço, Presidente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Questão de ordem, por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A prioridade é do Deputado André Vargas, que foi citado pelo Deputado Vic Pires. Tem o direito a...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não só pelo Deputado Vic Pires como pela Deputada Luciana Genro.

O que eu acho é o seguinte: tudo tem que ser eventualmente investigado. Mas nós temos que tomar cuidado. Apesar de a simbologia não ser adequada para os tempos que passamos, pelo momento que passamos, mas a verdade é essa: às vezes, para resolver um problema sindical, pontual, problema salarial, que é legítimo e que tem outras categorias também — metroviários, de transporte mesmo —, nós vamos acabar prestando um desserviço para a Nação. Se isso não é preocupação, se isso não é preocupação, tudo bem. Vamos nos preocupar, então, se os controladores estão... Se foi culpado o controlador ou não. Eu fui contra. Eu tive uma posição contrária à criminalização. Todo mundo se lembra.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - A minha preocupação é com a segurança, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - A preocupação é com a segurança...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Com a minha própria, inclusive. A nossa segurança.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - A nossa. Quantos acidentes aéreos houve no Brasil, de colisão, nos últimos 20 anos? Na Alemanha houve 1 e se investigou. Nem por isso eles foram lá atacar o sistema deles. Faz-se uma investigação moderada — e já tem organismo para fazer — e não fica servindo de instrumento de luta política e, ao mesmo tempo, de luta sindical. É só isso. Se isso não é preocupação, se não é preocupação... E repercutindo uma imagem que não é



verdadeira. Não é só negativa. Não é verdadeira, por aquilo que ouvimos. E eu não vi ninguém questionando detalhadamente aqueles que disseram que voar aqui no Brasil é seguro. Mas, ao mesmo tempo — aqui não, mas ali —, fortalecendo exatamente, a partir de uma agenda sindical, justa — não estou dizendo que é injusta, mas é sindical e de militares, o que é um problema, uma dificuldade a mais para tratar —, atacando o Brasil. Talvez isso não seja preocupação para alguns.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, questão de ordem, por favor. Não é pela ordem, é questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu estou inscrito e gostaria que fosse mantida a minha inscrição, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Questão de ordem, Deputado Vic Pires.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para fazer um questionamento ao senhor. Na qualidade de convocado, o cidadão que vem aqui, não atendendo a todos os nossos questionamentos — como, por exemplo, o cidadão que veio aqui da EMBRAER, que o Relator fez questão de dizer que iria ouvi-lo novamente —, não haveria necessidade de uma reconvocação, de uma votação para uma reconvocação, porque na qualidade de convocado ele já está como convocado da CPI. Ele só teria que vir aqui.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Só convidá-lo novamente, porque se foi aprovado, ele já é uma testemunha da CPI. Basta uma aprovação só para que ele seja convocado e venha. Depois que ele vem aqui, ele pode ser chamado 10, 20 vezes, quantas vezes nós acharmos necessário, porque já foi aprovada a...

Essa é a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires, essa não é a compreensão da Mesa, da assessoria...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - E do Regimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois é. Eu vou consultar aqui mais uma vez o assessor. Já, já, eu dou a resposta para V.Exa.





**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas o senhor entendeu literalmente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Entendi perfeitamente, sem dúvida. Como não entenderia?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Obrigado.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Presidente, independentemente do juízo de valor que cada um de nós faz aqui a respeito do que dizem ou deixam de dizer os controladores sobre o Brasil...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, eu gostaria de garantir o respeito à palavra.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - ...eu quero pedir a V.Exa. que o Comando da Aeronáutica demonstre que os controladores estão devidamente preparados. E para isso existem documentações, certificados que são emitidos com regras que devem ser cumpridas e que, parece, segundo o próprio Comandante, foram mudadas de última hora. Quero saber se essas mudanças de última hora que foram promovidas pelo Comando da Aeronáutica garantem a segurança do tráfego aéreo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputada Luciana, agora vou passar a palavra ao Deputado Marco Maia.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, recebi agora, em mãos, o documento fornecido e a denúncia feita pelo Deputado André Vargas. E como eu talvez tenha feito, Deputada Luciana, ontem, a declaração mais dura em relação ao suíço, quero reafirmar um pouco isso. V.Exa. sabe do nosso esforço para tentar achar um equilíbrio nessa questão em relação aos controladores e ao Comando da Aeronáutica. Nós, inclusive, nos arriscamos politicamente, na semana passada, quando nos colocamos à disposição do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa e dos controladores para fazer essa intermediação para chegar a uma negociação em relação a esse tema.

Na minha avaliação, precisamos parar com esta situação de querer imputar ao espaço aéreo brasileiro uma insegurança que ele não possui. Porque quando fizemos este embate e este debate, nós nos colocamos também numa situação complicada. Eu disse isso aqui ontem: no dia que eu achar que o espaço aéreo





brasileiro é inseguro, eu serei o primeiro a propor que se feche o espaço aéreo brasileiro, para que não tenha risco de colisões ou de acidentes com os cidadãos brasileiros.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Relator, a própria entrevista na *Folha de S. Paulo* contradiz o que ele afirmou.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Exatamente. Agora, o que nós estamos tratando aqui, Deputada Luciana Genro, é uma situação de uma gravidade e de uma complexidade enorme, e não sei qual o caminho que se escolheu para isso. Agora, veja a senhora — eu peguei aqui agora —, que nesses *e-mails* que chegam aqui... É grave também a situação da forma como chegaram os *e-mails*. Não estou questionando isso. Mas temos um *e-mail* de um tal de Belo que diz para o... que manda este *e-mail* para os controladores aqui do País, que diz: *“Bom-dia, amigos. O Chris tem toda a razão. Nós aqui na Europa necessitamos munições para carregar as nossas armas e vocês demoram um pouco a nos fornecer”*. O Chris é o tal do Christoph.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Ele é suíço?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - É suíço.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Mas ele escreve em português com excelência.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Não, esse aqui é o Belo, não é o português. Esse aqui é um tal de Belo. *“Ontem, um jornalista da rádio CBN pediu uma entrevista direta para hoje de manhã, e o Presidente da Associação Portuguesa dos Controladores (ininteligível) esteve em linha direto para o Brasil”*. E ele vai mais adiante. Aí depois ele diz: *“Agora, como diz o Chris, há que manter a pressão, manter a proa e não deixar mais sair o peixe das redes. Nós estamos diariamente a dar provas que entramos nesta luta com vocês e consideramos fazer parte dela. Tenham a certeza que tanto o Chris, à maneira dele, e eu, a minha maneira, temos feito o lobby onde é necessário. E tenho a certeza que está a dar os resultados que esperávamos”*.

Depois, tem um *e-mail* do Chris — do Christoph — para o Wellington Rodrigues, para o Beto, para o Hugo Pastor, o Rodolfo, o Carlos Trifilio, o Moisés Marinho e o Moisés Almeida, que diz o seguinte: *“Bom-dia, colegas, amigos*



brasileiros. *Estou me sentindo sozinho, neste momento, porque acho, vindo daqui, da Europa, que as coisas se aquecem bastante no Brasil e, acho, vão numa direção favorável para os controladores*". E aí, ele vai adiante. *"Mas, mesmo assim, eu tenho que pedir a vocês que façam mais, muito mais, e sobretudo mantenham a pressão"*.

É o suíço que foi à Rede Globo, ao *Fantástico*, que falou como técnico, como especialista, deu um depoimento dizendo que o espaço aéreo brasileiro é inseguro. É o mesmo Chris que vai ao *e-mail*, falando com os controladores, e diz: *"Mas mesmo assim eu tenho que pedir que vocês façam mais, muito mais, sobretudo mantenham a pressão, mantenham a proa e não deixem mais sair o peixe das redes. Seria bem lamentável, após ter lutado tanto e ter feito 80% do trabalho. Então, por favor, mantenham a proa e forneçam as coisas que pedimos, aqui, por falar com a imprensa brasileira. Eu até fico inundado de pedidos, de entrevistas e de outras coisas. Tudo indica que eles percebam que o sistema tem que responder pela maioria das causas que terminou na perda do avião da Gol"*.

O que é isso, gente? Então, existe aqui uma combinação. Eu acho que nós precisamos analisar melhor.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Permite-me um aparte, Relator?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Pois não, Deputado Vic Pires.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Siga a ordem, Presidente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, só para corroborar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, eu quero que siga a ordem.

Estou colocando uma questão de ordem. Olhe a ordem de inscrições.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu dei um aparte ao Deputado Vic Pires.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ontem, na entrevista que lemos aqui da *Folha de S.Paulo*, o controlador suíço, claramente, diz que o espaço aéreo brasileiro... As companhias européias... A IFACTA iria fazer restrições, e algumas companhias aéreas iriam entrar nisso aí. A repórter da *Folha de S.Paulo* pergunta: *"Quais as companhias aéreas?"*. E ele disse: *"Ainda não tenho o nome delas"*.

Isso bate muito com esses *e-mails*. Ele está cobrando dos controladores de vôo algum argumento para que ele pudesse fazer com que o nosso espaço aéreo se tornasse esse espaço aéreo inseguro para fora, o que seria uma catástrofe.



Então, não tenho dúvida nenhuma de que é um grande irresponsável esse suíço. É um biruta, como diz a coisa, e não devemos nem dar crédito a isso aí. Ele estava fazendo o jogo dele de criar essas dificuldades.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O que é lamentável, Deputado Vic Pires Franco, é que a Rede Globo, no *Fantástico*, com a audiência que o *Fantástico* tem, utilize-se desse cidadão para passar a informação que passou. Quem viu aquele programa do *Fantástico* no domingo... Eu, na segunda-feira, fiquei com medo de pegar um avião, em função da insegurança do espaço aéreo brasileiro dito por um cidadão que tem essa qualificação e essa combinação que tinha com os controladores do tráfego aéreo brasileiro.

Acho que isso é lamentável para esta CPI, que tem que se preocupar em trabalhar no sentido de ajudar, de tentar achar uma solução e tentar conciliar essa situação toda vivida pelos controladores e pelo Comando da Aeronáutica. Então, quero demonstrar aqui a minha indignação com as informações que têm chegado em relação a esse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Quero dizer a V.Exas. que o tempo está passando e nós estamos só discutindo aqui e não estamos passando para a nossa obrigação de hoje. Porque há a pauta para ser votada, os requerimentos e tudo o mais.

Há alguns oradores inscritos ainda: o Deputado Ivan Valente, o Deputado Gabeira e o Deputado Miguel Martini. Perdão, Deputado Zarattini.

Então, peço a V.Exas que sejam breves, sucintos e concisos para podermos...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, eu estou pedindo. Cada um...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu estou pedindo a palavra há meia hora aqui, Presidente. O senhor deixou a bola rolar e agora chega na minha vez o senhor fala que eu tenho 2 minutos para falar. Não vou admitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Ivan Valente, eu estou seguindo, rigorosamente, a lista de inscrição. V.Exa não é obrigado a aceitar o meu pedido, não. Assim como eu dei o direito aos outros, V.Exa. terá...



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero aceitar, Presidente. Eu quero ser objetivo, mas eu quero um tempo mínimo, porque acho que a situação é grave.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É evidente, claro. V.Exa. tem o tempo necessário para falar. Fique à vontade. Estou fazendo uma sugestão. Pelo amor de Deus, não vamos fazer uma guerra por isso, não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, a primeira coisa que eu queria colocar é o seguinte: uma coisa são matérias que estão publicadas na imprensa, que têm autor, têm responsável. Se a *Globo* foi lá e entrevistou o cidadão que está convocado aqui, convidado nosso... Convidado, até porque o cidadão é suíço e nós não temos poder de convocação sobre ele. Nós convidamos. Ele vem para prestar esclarecimentos. Se a *Globo* e a *Folha* fizeram entrevistas está tudo lá. Então, são coisas assim...

Outra coisa é isso aqui. Isso aqui é crime. Monitorar *e-mail*, Relator, é crime. E V.Exa. não devia se utilizar disso. V.Exa. não devia, com a responsabilidade que tem, se utilizar disso aqui. Isso aqui é crime. Isso aqui veio de onde, de que escuta, de que monitoramento. Isso aqui é trabalho de araponga? Isso aqui é inconstitucional, é ilegal, é criminoso. Nós não podemos aceitar provocação. Deputado da Comissão trazer aqui documento apócrifo. E aí vou dizer mais uma coisa: no final dos documentos aqui tem um *e-mail* de Fábio A.F.F. colocando a declaração do Deputado Paulinho da Força, que estava conosco ontem lá junto com Martini e a Deputada Luciana. E fez um pronunciamento lá reproduzido integralmente, assinado pelo Procurador do Trabalho, que também está convocado para aqui. Eu quero agora fazer a seguinte consideração, que já fiz nesta Comissão, mas que ela agora se agrava. O Procurador Fábio já teve *e-mail* interceptado, em cima do qual o Ministério da Aeronáutica está processando ele — um *e-mail* que ele mandou a um controlador convidando para um seminário sobre condições de trabalho. Se o cidadão está sendo criminosamente monitorado, é por quem? Isso aqui virou prova agora de alguma coisa?! Que valor nós temos disso aqui? Nenhum, zero! E eu acho absurdo que Deputados venham aqui trazer documentos apócrifos. Agora, se querem fazer considerações sobre a reportagem da *TV Globo* e sobre a questão da *Folha de S. Paulo*, então vamos aos fatos também. Primeira questão. Sem nenhum... Porque o cidadão que nós convocamos vai vir aqui colocar e vamos



ver a competência dele antes de fazer julgamento. Nós propusemos o nome dele aí; ele fez o relatório que foi entregue pela IFACTA à organização internacional OACI. O Ministério da Aeronáutica reconhece a IFACTA. Essa organização tem 50 mil controladores sob suas asas. Não é um negócio que saiu do fundo do quintal. É uma organização internacional que agrega a maioria de controladores civis e alguns militares onde tem militares; e são poucos países.

Então, Sr. Presidente, rigorosamente, estamos querendo desqualificar depoimentos antes da hora.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - V.Exa. acha normal ele vir aqui e dizer que o espaço brasileiro é inseguro?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Eu vou chegar aí, Relator. Para quem acompanha espaço aéreo, está aqui o Martini, há muitos anos, insegurança de espaço aéreo não é dado nem é algo medido pela probabilidade de 2, 3 de haver um choque de aviões — veja você. Um espaço aéreo seguro ou inseguro, ele é dado pelo seguinte. Há 10 anos atrás... Tem uma estatística na mão da Aeronáutica e de todo mundo. É só ir aos arquivos desta Casa, dos seminários que fizemos aqui há 10 anos atrás. Está escrito lá “estatística de quase acidente”. De cada 17 mil vôos, vamos supor, 1 tem um problema sério. Nos Estados Unidos é 170 mil para cada um. Então você diz que nos Estados Unidos é 10 vezes mais seguro do que aqui. Ora, isso não quer dizer que, no espaço aéreo brasileiro, no dia seguinte, vai cair um avião ou coisa assim. É que lá é mais seguro. Nós buscamos a segurança, esta a questão. À medida que nós constatamos equipamentos falhos...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Mas não disse que ele é inseguro, não explicou dessa forma. Você está explicando como é que é.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nós não vamos fazer prejulgamento. Vamos dizer o seguinte: todo mundo sabe que o espaço aéreo brasileiro precisa ficar mais seguro, tanto que teve um acidente agora em que perdemos 154 vidas, razão pela qual esta CPI está aqui. Tem muitos motivos para a crise aérea, mas esse é um problema que a motivou, é o gancho para isso. Então quero dizer o seguinte. Olha, quem reconheceu ontem primeiro... E não julgo que a questão que estamos atravessando seja uma questão sindical/salarial; é uma questão política. Tanto assim que o Governo tinha uma proposta de desmilitarização...



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - V.Exa. acha que o espaço aéreo é inseguro e não dá para andar de avião no Brasil?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, não acho. Claro que não acho. Eu acho só que nós temos a obrigação de manifestar quando há insegurança. Nós devemos apontar as correções — isto sim é o que interessa. Então quero dizer o seguinte: nós não podemos desqualificar, em primeiro lugar. Devemos trazer o cidadão aqui. Ele vai dar o depoimento dele, tem experiência internacional, pode trazer contribuições para a CPI. Agora, mais do que nunca, a questão é a seguinte: nós estamos vivendo uma crise. O próprio Comandante da Aeronáutica ontem reconheceu que os controladores do CINDACTA de Brasília são controladores militares que estão trabalhando com muito menos horas de experiência do que seria conveniente, necessário e formal. Esta é que é a verdade. Então tem uma crise aí. E nós não vamos resolver essa crise criminalizando um setor. Esse é o ponto em que eu acho a CPI deveria se debruçar, para achar soluções de longo prazo. Inclusive, o Presidente ontem... Presidente, me permita. O Presidente, com o Brigadeiro aqui presente, Neymar, colocou o seguinte: *"Se apontar na direção da desmilitarização, ela deverá ser lenta, gradual e segura"*. Eu já ouvi essa frase, do Geisel, e demorou 11 anos para a ditadura acabar. Então não é por aí. Dá para fazer transição em 1 ou 2 anos. Segundo, vamos distensionar, no que eu acho que era a linha em que a CPI estava aí, no final da semana passada. Mas o Relator me permita: as suas declarações à *Folha de S.Paulo* também não contribuíram para distensionar. O seu tiroteio na *Folha de S.Paulo*, aquele que V.Exa. soltou sobre os controladores de vôo, entende? Em cima deles. Foi um tiroteio mesmo, entende? Nem nós queremos passar insegurança para a população, porque não é o nosso objetivo. Queremos é dar solução política para a crise e apontar nessa direção. Por isso eu entendo que nós temos o dever, inclusive, Relator, Presidente... Eu acho o seguinte: documento apócrifo nós não podemos tolerar, porque isso aqui turva a CPI, isso aqui envenena, isso aqui não serve para nada. Isso aqui tem de ser repudiado! Aliás, eu acho o seguinte. Se o Deputado Vic Pires aí, com a sua perspicácia, propôs que as câmeras monitorem quem botou isso nos escaninhos, então vamos ver quem pôs — entenderam? —, porque não é possível um negócio desses. Para que serve um negócios desses? Nem por *e-mail* veio. Podia vir por *e-mail*; é só transmitir por





*e-mail*. Isso aqui é quebra de sigilo. Então, o problema é o seguinte... É grave isso aqui.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, pelo ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado Ivan Valente está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu acho que a CPI tem que se posicionar sobre isso. Eu quero dizer ainda o seguinte.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não foi nem meia hora ainda.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Que nós não devemos aceitar isso aqui, Deputado André, sinceramente. Isso aqui só turva, tumultua — entende? Isso aqui só serve para... Isso aqui é ilegal, isso aqui é criminoso!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Que preocupação! V.Exas. são prudentes mesmo!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A CPI deve investigar crime. Então, a primeira coisa...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Os Deputados foram prudentes.

*(Intervenções paralelas fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado Ivan Valente está com a palavra!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então eu quero que a gente... Finalizo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte. Eu apresentei vários requerimentos — também me inscrevi para isso — de informações.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Quebre o meu sigilo, então. Pronto!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Hã?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Quebre o meu sigilo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não... O que é isso?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Na verdade, o ideal, talvez, seja quebrar o sigilo, se é que está havendo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Deputado André quer que se quebre o sigilo da caixinha!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - É, exatamente. Vamos fazer uma vistoria. A verdade é a seguinte: é o mordomo que é culpado.





**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu acho que é o mordomo mesmo! E tem um mordomo aí em cima!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Ivan Valente!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, eu queria colocar o seguinte, Presidente. Nós mandamos alguns requerimentos de informações, e isso já tem já 1 mês e meio. Tem então 5 ou 6 requerimentos, e só um foi respondido, particularmente, pelo Comando da Aeronáutica — só um. Eu pediria a V.Exa. a apensação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. poderia dar os números dos requerimentos?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu vou dar, eu vou fornecer à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, para a gente providenciar, Deputado.

Bom, estão inscritos ainda o Deputado Gabeira, o Deputado Zarattini, o Deputado Miguel Martini.

Com a palavra o Deputado Gabeira.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Presidente, eu vou abordar 3 temas, e vou tentar fazê-lo em, mais ou menos, 1 minuto, cada um, se puder. Se não puder, eu avanço um pouco.

Sobre essa questão que está sendo discutida aí, Sr. Presidente, eu queria fazer algumas observações. A primeira delas é que nós não devíamos, ou não deveríamos, contestar a declaração dessa pessoa pelo fato de ele ser estrangeiro. Porque, normalmente, a avaliação do espaço aéreo internacional hoje suprime fronteiras. Todo mundo, teoricamente, está arriscado a morrer em qualquer lugar do mundo. Tanto que nós já perdemos alguns brasileiros ilustres em Paris, na Índia... É uma coisa que acontece.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - É. Lá fora ocorrem mais acidentes do que no Brasil.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - O segundo ponto, que também é importante, é que eu acho que a CPI não tem a missão de defender a segurança



do espaço aéreo brasileiro. Quem tem essa missão é quem dirige a segurança do espaço aéreo brasileiro. Então, o melhor encaminhamento seria essas pessoas que dirigem o espaço aéreo brasileiro pedirem à *TV Globo* um espaço no *Fantástico*, para que elas possam mostrar as virtudes do sistema. É o melhor caminho para esse caso.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que eu sempre tive curiosidade em avaliar a situação do equipamento. E acabo de receber um documento, que vou passar ao Relator... Não pretendo mencionar. Espero que mantenha até uma certa confiança sobre o nome de pessoas que são mencionadas aqui porque chegou pelos Correios. Mas ele menciona especificamente aqueles equipamentos que precisam ser mudados. Então ele fala da não implantação de um sistema intitulado VOR; ele fala da desativação dos equipamentos importados, no caso, de uma rede de estações radiogoniométricas, que eles chamam de Recalada. Ele mostra todas — na opinião desse técnico — as cidades que ficaram sem equipamentos e onde é necessário repor esse equipamento para dar mais segurança.

Então, eu vou passar para o Relator todos os dados que ele menciona sobre isso, e a gente faz o uso construtivo. Quando vier alguém aqui depor sobre equipamentos, a gente pergunta sobre essa Recalada.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Amanhã vamos ter a pessoa responsável pelo *software*...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** -...e que foi uma indicação feita pelo Deputado Ivan Valente. Vai estar amanhã, aqui, pela parte da manhã, fazendo o seu depoimento. Vai ser de muita valia esses documentos para...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - São 2 pontos que vou passar. O primeiro ponto é o fato de terem desativado estas estações nas cidades que vou mencionar: Altamira, Alta Floresta, Conceição do Araguaia, Cruzeiro do Sul, Imperatriz, Itaituba, Manicoré, Marabá, Palmas, Santarém, Tarauacá, Tefé e Vilhena.

O segundo ponto que ele menciona é a não implantação de novos equipamentos de pouso intitulados VOR. Ele diz que nós trabalhamos ainda com o sistema MDB, que é um equipamento da Segunda Guerra Mundial. Nós temos que



avaliar isso, se é verdade, em que consiste realmente e quais os avanços que teremos, caso a gente consiga colocar esse documento. Está aí o segundo ponto.

O terceiro ponto que eu queria colocar na minha exposição é o fato de que precisamos promover uma reunião sobretudo das empresas, da INFRAERO e da ANAC para discutirmos o projeto do PAN, para ver se podemos ajudar nas férias e no PAN. Aquela coisa que nós já falamos antes.

Ontem, na exposição do Presidente da TAM, ficou bastante claro que há coisas que podem ser feitas que não estão sendo feitas. Por exemplo, aquela disposição de colocar sistemas eletrônicos de informação dentro do embarque. Ele falou daquela espécie de robôs que dão informações, fonte de informações eletrônicas dentro do embarque. Tudo isso, se a gente puder fazer isso, pelo menos nos aeroportos-chaves até julho, até o PAN, vai ser um avanço muito grande.

Então, a proposta que eu faço é a seguinte: a gente ter um encontro informal com ANAC, empresas e INFRAERO e examinarmos o que podemos fazer juntos para transformar o PAN e as férias em algo mais tranquilo. São essas 3.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Obrigado, Deputado Gabeira.

Vamos ao próximo inscrito, Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, nós temos observado que, ao longo desse período todo, desde o acidente da Gol, existe uma série de plantações de informações na imprensa, sempre tentando dizer que o nosso espaço aéreo é inseguro. Umas mais fortes, outras menos fortes. Acredito que a mais forte ocorreu nesse domingo, com essa pessoa, esse Cris, que é da Suíça e se apresentou como especialista e, num dos programas de maior audiência do Brasil, afirmou com todas as letras que o espaço aéreo do Brasil é inseguro. Não sei exatamente qual é o objetivo dessa seqüência de afirmações, dessa campanha.

Junto a isso, temos observado que os controladores agem de 2 formas: uma no sentido de se defender perante o acidente que ocorreu, se proteger; outra no sentido de reivindicar melhorias nas suas condições de trabalho e de salário. Eles agem de duas formas. Uma forma é paralisando o sistema aéreo, através de greves brancas, certo? Então, eles vão, fazem seqüenciamentos, paralisam, e já por



inúmeras vezes ocasionaram praticamente a paralisação de todo o tráfego aéreo no Brasil. Essa é uma forma de atuar.

E a outra forma de atuar é através de afirmações de que o nosso espaço aéreo é inseguro e de vazamento de informações para a imprensa. Então não é só o *e-mail* aqui que vaza; vaza uma série de coisas, uma série de afirmações aparecem na imprensa. Então, é uma dupla tática dos controladores.

Aí, o que nós temos que avaliar, se isso — e isso nós precisamos começar a discutir aqui —, se os interesses de um grupo de controladores que mais aparecem — não estou dizendo que são dirigentes, até porque não sei se são dirigentes de alguma coisa —, que mais se expõem, se o objetivo deles é só uma questão salarial e se proteger em relação às acusações do acidente ou se existem outros interesses, quais sejam o de substituir...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Um aparte.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Deixa eu concluir. Só um pouquinho.

De substituir todo o nosso sistema de controle aéreo por outro sistema. E quais são os interesses que haveriam nisso? É lógico que a IFATCA — é IFATCA que chama, não? — é um órgão ligado aos controladores de todo o mundo. Eu não sei se é um órgão sindical, um órgão de assessoramento, um órgão técnico, mas é ligado aos controladores. Agora, até que ponto esse órgão internacional deve ter alguma competência técnica? Tem só interesses, vamos dizer, sindicais ou tem outros interesses? Porque a mim me parece que a todo momento nós estamos vendo surgir afirmações desse tipo, que, logicamente, são ótimas para afastar o turismo no Brasil, são ótimas para causar insegurança nas pessoas, certo?

Então, eu acho que, logicamente, como disse o Deputado Gabeira, a Aeronáutica tem que se defender perante a população brasileira, por meio da Rede Globo, mas, quando você toma uma pancada, inesperadamente vem uma denúncia, não é no dia seguinte que você responde, não é com toda a articulação que você responde.

Então, eu acho que — eu queria até dar um aparte aqui ao meu colega, aqui, Deputado André Vargas — nós devemos fazer inclusive uma reflexão sobre esse processo que nós estamos vivendo, porque a CPI, é lógico, por ter aqui Deputados



dos mais variados partidos, das mais variadas concepções, ela também se torna um fruto, aqui, uma caixa de ressonância de todos esses interesses, legítimos ou ilegítimos. Então, eu acho que nós devemos... Aqui já se falou do Papa, que quis mandar uma mensagem para os brasileiros, já se fizeram inúmeras afirmações de coisas que vieram de dentro do controle aéreo brasileiro de forma não oficial.

Então, nós estamos que fazer uma análise um pouco desse papel que a CPI deve ter: se é esse de caixa de ressonância ou se é o papel de a gente realmente averiguar os problemas que nós estamos passando no controle aéreo brasileiro e fazer a proposta de soluções.

Eu queria dar o aparte ao Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Só para ilustrar. É um mercado que se prevê... Já também teve debates sobre concessão de aeroportos. Isso vai sendo feito; é legítimo.

Mas esse negócio, se for tratado como negócio o controle de tráfego aéreo, estima-se, para se tornar civil e construir um outro sistema, com o qual se comunique, estima-se em 8 bilhões de reais. Então, tem países que dizem que têm arma química e fazem a guerra para abrir mercado na indústria bélica, e aqui nós podemos estar vivendo, além de uma pauta sindical, como V.Exa. disse, também a tentativa de abertura de um mercado de 10 bilhões, que não é pouca coisa. Isso pode estar movendo interesse também.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Só para concluir, Sr. Presidente, só para concluir.

O próprio *Jornal do Senado* de hoje, o próprio *Jornal do Senado*, dá uma manchete que não corresponde ao que aconteceu no Senado. No Senado, ontem, esteve um depoente, na CPI do Senado, um técnico da Aeronáutica, falando sobre controle aéreo e demonstrando que é possível evoluir tecnicamente; que existe um projeto de evolução técnica, que é o GPS, que é o controle por meio do GPS, que é previsto para o futuro, não só no Brasil como no mundo inteiro, e não está instalado em nenhum país do mundo ainda. Como foi falado aqui, existem indefinições técnicas para se investir nisso. Isso saiu em manchete, no *Jornal do Senado* — não me lembro exatamente as palavras —, dizendo que o controle aéreo do Brasil é inseguro.



Então, o senhor veja: até mesmo a nossa imprensa parlamentar não reproduz com a devida autenticidade o teor dos depoimentos, provavelmente influenciada por esse clima que vem se criando no Brasil.

Então, é necessário, Sr. Presidente — e coloco aqui para reflexão —, que a gente faça uma avaliação: nós vamos ser caixa de ressonância de tudo o que acontece? Ou nós vamos perseguir uma meta de fazer uma análise e chegar a conclusões e fazer um relatório propositivo sobre o controle aéreo brasileiro?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

Nobre Deputado Miguel Martini.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, senhores colegas, primeiro, dizer que, da última fala do Deputado André Vargas, não existe nenhuma fala, nem da Aeronáutica, nem dos controladores, dizendo que vai comprar equipamentos, que vai investir. Isso é absolutamente desnecessário, descartado. Então, essa hipótese não existe, porque, já foi dito... Até quando voltamos ao CINDACTA, o próprio Brigadeiro, que aqui na Comissão tinha dito que precisava de duplicação do sistema, refez o que ele disse, dizendo que não há necessidade. Nós ouvimos todos dizerem aqui que não há necessidade de duplicação do sistema.

Então, essa questão de investimento seria mais uma fantasia que nós podemos eliminar. Não tem perigo nenhum nisso daí.

Em segundo lugar...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - É que eu acabei de fazer uma proposta que pode implicar investimento.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Não. Investir é uma coisa; duplicar o sistema é outra, completamente diferente.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Está bom.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - O investimento é necessário e todos nós defendemos isso. Todos nós defendemos. Investir no sistema é uma coisa e duplicar o sistema é outra, completamente desproposital.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que esta CPI talvez pudesse dar um posicionamento da própria CPI, e poderemos dizer isso onde for necessário: primeiro, o espaço aéreo brasileiro é seguro. Não é essa a discussão





que está se fazendo. A discussão não passa se o espaço é seguro ou não é seguro. O acidente que ocorreu não foi porque o sistema é inseguro. Uma série de fatores levaram a esse acidente. E isso pode ocorrer na França, na Itália, na Holanda, no Chile, em qualquer lugar.

Agora, qual é o enfoque que esta CPI está dando e precisa dar? Primeiro, nós precisamos saber separar. Eu aqui já me somo ao Deputado Ivan Valente. Nada que é apócrifo, Sr. Presidente, poderia ser manifestado nesta CPI e nem ser fundamento para nenhum de nós, na CPI, oficialmente. Se alguém quer ter esse subsídio e trazer como palavras suas, que traga. Do contrário, nós sabemos como funciona informação e contra-informação para desacreditar. Além do que, se é ilegal, não serve para nós. Então, eu me somo ao Deputado Ivan Valente.

A outra questão que nós precisamos colocar, Sr. Presidente, é que a sociedade brasileira precisa entender que o controle de vôo é feito com homem e equipamento. E o desejável, o ideal, é que nós tenhamos a plenitude da condição do homem na capacidade profissional, nas suas condições físicas, emocionais, técnicas e operacionais, e ao mesmo tempo que nós tenhamos os equipamentos funcionando no 100%, com 100% de cobertura. Esse é o ponto ideal.

E o que esta CPI está fazendo? Identificando os fatores causadores desse desencontro entre os operadores e os equipamentos. E surgiu — e nós estamos vendo que muito alimentado também pela CPI do Senado, por uma declaração infeliz do Relator —, a partir daí, a partir, inclusive, do procurador de Mato Grosso, quando ele classificou como crime doloso, a partir dessas declarações surgiu um problema grave, em que esta CPI não pode embarcar, e nós podemos estar embarcando, que é: os controladores foram acusados e, se são os controladores os culpados, não é problema do equipamento. Então, quem tem interesse de dizer que os equipamentos estão funcionando 100% prefere deixar que a culpa seja do homem, do operador, do trabalhador. Por outro lado, o trabalhador, para mostrar que é o sistema que não está 100%, joga a culpa toda no sistema. São essas as acusações que estão surgindo de lado a lado.

Tem um problema mais grave nisso daí, e isso se restringe unicamente aos militares, à Força Aérea Brasileira. E, ao acharmos que o problema é só da Força Aérea Brasileira, mais uma vez estamos desviando do foco, estamos minimizando o



problema e passando para a sociedade uma falsa imagem do real, do que está acontecendo.

Esta CPI precisa ter serenidade, precisa ter a tranqüilidade para fazer a sua avaliação e identificar os reais fatores contribuintes para gerar o que nós estamos vendo. É claro que, no meio do caminho, com a insatisfação do operacional, do operador, entra também na discussão... Acho que essa questão da desmilitarização, que é um processo natural, que deverá acontecer... Porque quando, ontem, nós vimos o Governo dizendo que mandaria uma medida provisória — foi informação na Comissão de ontem — dizendo que iria dar um abono de 500 ou 1.100 reais para os controladores de vôo, que não pode, enquanto militares, fazer isso, sob pena de gerar uma grande revolta nas outras Forças Armadas, inclusive. Mas, ao reconhecer isso, está reconhecendo que, de alguma forma, eles precisam ser melhor remunerados. Ao reconhecer isso, está reconhecendo que, enquanto militares, não podem ser remunerados diferente dos outros. Então, esse é um processo que necessariamente vai acontecer daqui a pouco.

Todo controlador é treinado — e aí entra a questão que a CPI precisa se debruçar — para trabalhar sem radar. Todos os controladores de vôo são treinados e aprendem a trabalhar sem o uso do radar. O controlador precisa de uma boa fonia, ele precisa se comunicar com o avião; mas o equipamento, o radar, é apenas um auxílio a mais para facilitar o trabalho de controladores de vôo. Então, se está no foco, se está fora do foco, é um auxílio que ele pode usar ou pode não usar. Claro que o uso do auxílio dá mais celeridade ao trabalho. Eu dou um exemplo para a aviação: um avião que vai pousar em Guarulhos, em más condições, se ele tem o auxílio, que é o CAT 2, o ILS Categoria 2, ele pousa em melhores condições, mas, se não tiver, ele pousa também. Essa é a questão.

O que é fundamental, neste momento? Que nós nos detenhamos se aquele homem que está operando o sistema — e aí, sim, o homem é mais importante do que o equipamento —, se aquele ser humano tem o treinamento adequado; se ele está capacitado; se ele tem a experiência adequada; se ele tem as condições psíquicas e emocionais adequadas para desempenhar o seu trabalho. Isso vai definir se é seguro ou se não é seguro.



Eu tenho vários casos, quando fui controlador de vôo — e se pegarmos qualquer um tem 10, 20 —, de que o controlador bem consegue evitar acidentes, e muitos acidentes. Um controlador bem, bem significa que ele tem a experiência, ele tem o treinamento e emocionalmente e fisicamente ele está bem. Então, ele pode fazer o trabalho dele de ir além. Ir além. Esse é o papel do controlador de vôo. Ele não só tem que pensar na frente da aeronave, mas também tem que pensar... Dou um exemplo claro aqui que eu ouvi recentemente de um outro controlador de vôo. Ele estava fora da posição, descansando, ouviu um barulho de uma aeronave F-5 que havia decolado, e pelo barulho que ele ouviu, ele saiu correndo para onde estava o operador, que era inexperiente. E ao sentar no *scope* falou: O que essa aeronave está fazendo aqui? Ele disse: acaba de decolar. E ele falou: mas por que você autorizou curva à direita? Ele falou: Uai, eu achei que podia. Ele falou: não pode! Imediatamente ele corrigiu a situação e salvou aquele... impediu aquele acidente.

Por que ele sabia que tinha feito curva à direita? Porque pela experiência dali, o barulho que a aeronave fazia ao decolar, se ela decolasse corretamente, curva à esquerda, não faria aquele barulho. Então o controlador, o ser humano, ele precisa estar bem. E é isso que nós não podemos minimizar pelos outros.

Não adianta, nós precisamos dar ao operador condições ideais de trabalho e precisamos de equipamentos, sim. E eu digo, o equipamento mais importante não é o radar, é comunicações, é o VHF, que vai se comunicar com a aeronave. Se em todos esses acidentes, como esse do Legacy, eles tivessem falado, o acidente não ocorreria. Os outros equipamentos de avanço tecnológico que as aeronaves possuem, como TCAS, como *transponder*, tudo isso são auxílios que vêm ajudar ainda mais. Por isso, nós precisamos nos deter.

Primeiro, não podemos deixar, minimizar o problema e dizer que é um problema da Força Aérea Brasileira, que não é. Sabemos aqui que não é. E essa CPI tem que se deter nisso. Segundo, os equipamentos que existem dão perfeitas condições para trabalharmos. Não é o ideal, temos que caminhar para o ideal. Terceiro, o pessoal, o homem, o ser humano, o operador precisa ter os cuidados adequados, porque ele em última instância é que vai definir se um espaço é seguro ou se não é seguro. Então essas outras questões que estão sendo colocadas, que



vêm para tumultuar, precisam ser por nós filtradas, para não deixar desvirtuar ou desviar o rumo desta Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Falou a voz da experiência, do conhecimento e da sensatez. Estão inscritos o Deputado Vaccarezza e o Deputado Otavio Leite. Agora eu vou pedir para eles demorarem mais um pouco, porque quando eu peço para ser mais rápido fazem é demorar mais.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, vamos votar os requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Estou querendo. Como é que eu faço?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Presidente, eu vou demorar um minuto, no máximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É brincadeira, Deputado...

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não, não, mas eu concordo com V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. dispõe do mesmo tempo que os outros dispuseram. Todos falaram à vontade, e não é agora, na vez de V.Exa., que vai haver alguma restrição.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não, V.Exa. tem direito de restringir, porque nós temos um tema para o debate. Eu queria apenas... Concordo integralmente com o Deputado Martini, então isso já economiza boa parte da minha fala, e eu queria daqui deixar duas questões para a gente asseverar um tipo de conduta. Primeiro, o Deputado Ivan Valente acertadamente — e isso deve servir para todas as questões — disse que nenhuma prova, nenhuma falsidade ou tentativa de prova obtida de forma ilegítima pode ser considerada. Isso deve servir, para quem defende o Estado de Direito — e eu sou um dos que me coloco entre todos aqui que defendem o Estado de Direito —, como referência para nós. Não cabe prova que não tenha base legal nem legitimidade de ser conseguida de forma ilegítima ou ilegal.

Segunda coisa: o que o Deputado Marco Maia trouxe para esta CPI e o Deputado André Vargas foram *e-mails* — eu também recebi — foram *e-mails*



mandados para alguns Deputados. Quem recebeu esses *e-mails* não procurou nenhum método ilegítimo. Nós recebemos, alguns Deputados, *e-mails*, enviados de *e-mails* que foram mandados por várias pessoas. Isso é normal. A pessoa manda um *e-mail* para vários e acaba mandando para quem não queria mandar. E chegou o *e-mail*. O Deputado André Vargas optou por não divulgar quem mandou o *e-mail* para ele, porque é um direito que ele tem.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Não foi por *e-mail* que ele recebeu.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu recebi. Eu, Cândido Vaccarezza. Eu recebi. Não sei... Estou achando que ele recebeu também por *e-mail*. Eu recebi. Eu optei por não trazer aqui para a CPI. Agora, esse é um diálogo que está tendo entre pessoas.

E por último, Presidente, eu acho que se não a CPI, que não é do nosso objetivo, mas nós, como Parlamentares, deveremos repudiar, porque não foi só a atitude do representante dos controladores dando entrevista, foi a Rede Globo, de forma irresponsável, para não atacarmos somente um estrangeiro que falou bobagem — sem nenhum base, pelo que parece —, mas a Rede Globo, no programa *Fantástico*, cometeu uma barbaridade, como várias que já cometeu em outras situações, de forma irresponsável, trazendo para a Nação um sentimento de desequilíbrio, que é da linha editorial deles. Eles não têm direito de fazer isso. Eu acho que há um excesso e um abuso da televisão ao fazer isso. A Aeronáutica deve buscar uma forma de responder. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, Deputado.

Deputado Otávio Leite. Em seguida vamos passar aos requerimentos.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Pois é. Rapidamente, Sr. Presidente, quero dizer que eu discordo desse já propagado de há muito senso comum na sociedade, que é muito cruel com esta Casa, sobretudo em relação a esses Parlamentares que aqui estão. Eu, extraindo da oitiva que tenho tido oportunidade de aferir junto às intervenções de todos, no fundo, no fundo, a sensação que eu tenho é que, a esta altura, estão todos aqui muito aptos a saírem versando sobre a matéria. Intervenções muito lúcidas, muito interessantes.

No entanto, ao mesmo tempo em que eu reconheço essa aptidão aqui para tratar do tema com seriedade, nessa pluralidade aqui que compõe a CPI, por outro



lado, eu me preocupo, Sr. Presidente. A sensação que eu tenho é que por este método que nós instituímos aqui nós vamos ficar numa espécie de conclave eterno. Fala um, fala outro; fala um, fala outro, uma intervenção melhor que a outra, um viés mais interessante, uma luz que se apresenta nessa ou naquela direção, e nós carecendo de uma objetividade, que, enfim, é uma premência em função do tempo e dos objetivos desta CPI.

Então eu fico preocupado porque, sim, é uma questão de Estado que nós estamos discutindo. É uma estrutura de Estado, que tem que funcionar de forma perene, de forma equilibrada, sem arritmias, etc., mas tem uma interface de gestão administrativa, de gestão de Governo. É nisso que a gente tem que situar. Isso responde à necessidade de nós termos preocupações em não desmoralizar um sistema, não contribuir de forma leviana para conturbar um setor que gera insegurança em milhares e milhares de pessoas e prejuízos econômicos, etc. e etc., às vezes até sem fundamento. Mas também nós não podemos esquecer que é preciso discutir a gestão, a eficácia, a administração dessa estrutura de Estado.

Então, quando falamos de controle de espaço aéreo, na verdade, é um somatório do funcionamento de máquinas com a ação de homens. Então, como método nosso, o que nós estamos estudando sobre o funcionamento das máquinas? Aleatoriamente, tem uma ou outra observação aqui. Os equipamentos são adequados, são os mais modernos, a manutenção é bem feita, o *software* é bem feito, etc., é o mais moderno, pode ser aperfeiçoado? Nós não estamos discutindo isso. Amanhã, vai ter, pela primeira vez, um tema sobre isso. E o problema dos recursos humanos remete a uma discussão que a gente não pode fugir, nem adiar: desmilitariza ou não? Qual é o setor, qual é o caminho mais apropriado? E a questão do mercado. Estamos ouvindo...

Eu acho o seguinte, Presidente. Quero aqui oferecer só uma contribuição. Eu acho que aleatoriamente nós estamos introduzindo no ambiente importantes ingredientes. Eu acho que carece agora a nós outros é uma definição de uma pauta mais concatenada e mais objetiva. Vamos esgotar esse assunto e concluir, nessa ou naquela direção. O que é melhor para o País? Que providências têm que ser adotadas? Tais e tais e tais, para que tenhamos, enfim, a perspectiva de um desdobramento eficiente da nossa participação.





Era isso. Não sei se me fiz entender. Acho que está indo bem a CPI nesse ponto, mas tem que encontrar uma linha. Infelizmente, faltam 6 minutos, e os requerimentos nós não examinamos. A complacência e a boa vontade de V.Exa. são gigantescas, são do tamanho do céu do Brasil. Mas eu não sei até que ponto nós estamos conseguindo dar uma diretriz mais orgânica ao nosso trabalho. Essa a observação que queria trazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Bom, então agora, terminando os inscritos, vou tentar ser sucinto aqui. Na última reunião, a CPI discutiu se nós deveríamos intermediar ou não esse conflito. Terminou sendo delegado ao Presidente e ao Relator, para que a gente fizesse gestões no sentido de destensionar, porque todos nós que estivemos no CINDACTA naquela quarta-feira saímos de lá verdadeiramente impressionados e preocupados com o quadro de radicalização, o quadro emocional que havia e o desgaste das relações entre os oficiais e os controladores de vôo.

Então isso foi numa quinta-feira. Nós já tentamos uma audiência com o Ministro Waldir Pires, que havia chegado de Paris, mas já tinha saído do Ministério àquelas horas da noite, e no outro dia prontamente ele nos atendeu. Eu fui com o Deputado Marco Maia, e fizemos um retrato o mais próximo da realidade possível daquilo que nós vimos.

Levamos para o Ministro, com muita franqueza, o estado que nós encontramos no CINDACTA. Pedimos a ele, então, que estava de saída para um encontro com o Presidente da República, que levasse ao Presidente da República essa visão nossa do problema que estava acontecendo. Qual é a nossa visão? É que o problema nuclear era um desgaste da relação entre o Comando da Aeronáutica e os controladores.

Então a nossa percepção: se houvesse um destensionamento, se armasse uma bandeira branca, na mesma hora os aviões sairiam da terra. Então esse era o problema principal. Inclusive pedimos ao Ministro que se dirigisse ao Presidente, que pedisse aos seus outros Ministros que não são da área que não intercedessem, não interferissem nesse caso, porque é um caso muito grave que nós estávamos vivendo e que qualquer palavra dita fora do lugar por quem não domina este problema poderia acirrar mais ainda o problema que estava havendo.



Logo em seguida, depois de meio-dia, já estavam os *sites* todos publicando a conversa do Ministro com o Comandante da Aeronáutica e com o Presidente da República e as medidas que foram tomadas.

Por enquanto, as medidas estão funcionando. Esta CPI teve muita ponderação, muito cuidado nessa intermediação, porque uma coisa é o mundo civil, outra coisa é o mundo militar. Enquanto entre nós aqui, no mundo civil, sempre prevalece o diálogo e o entendimento, na força militar prevalecem os dogmas e os princípios basilares do militarismo, a disciplina, a hierarquia, o comando, então nós sempre tivemos o cuidado para não interferirmos nesse aspecto do militarismo.

Então criaram-se esses tubulões, essas linhas alternativas, botaram os controladores da defesa, está funcionando. Foi uma reposta que parece que a sociedade brasileira está recebendo bem.

Tentamos um contato com o Wellington Rodrigues, inclusive falamos com ele por telefone, ficamos de nos encontrar na segunda-feira, mas não foi possível porque ele foi deslocado da função dele para outra. Então ele não pôde comparecer. Compareceu o Edleuzo... não, o Botelho, que é o presidente dos civis, e nós conversamos e ele ficou de conversar com os controladores para depois ver se podiam trazer alguma proposta que nós pudéssemos intermediar junto ao Governo, junto aos órgãos competentes, para superar esse conflito.

Nós dividimos sempre o problema em duas partes: essa questão emergencial do destensionamento, quer dizer, de uma decisão, para não ficarem os aviões na terra, como estavam; e depois uma questão que vai ser resolvida a médio e a longo prazo — nisso daí entra a questão da desmilitarização ou não, do aumento salarial ou não, da qualificação. Bom, é uma questão para se resolver a médio e a longo prazo, mas o emergencial, para nós, era botar os aviões para voarem. Graças a Deus a coisa está funcionando.

Um outro aspecto aqui que o Deputado Gabeira falou é essa reunião que nós poderíamos intermediar entre os órgãos correlacionados aí, a INFRAERO, a ANAC e as empresas. Inclusive, Deputado Gabeira, poderíamos aproveitar para, se conseguirmos fazer essa reunião, para poder dar umas informações precisas e seguras, porque é brincadeira! É difícil. Tem acontecido comigo. Difícilmente a informação que está no painel coincide com o que está acontecendo na realidade, e



isso nos parece uma coisa muito simples de se resolver, não era para ter tanto problema, tanta dificuldade e isso retardar tanto.

Então, se nós conseguirmos colocar esses atores numa mesa para um dizer: “Não, a culpa é sua, você tem que fazer isso”, então a INFRAERO abre mão dos painéis para as empresas se responsabilizarem pela informação que estão dando, que a empresa tenha condição de dar informação imediatamente, em tempo real. Nós temos é que encontrar uma solução.

Eu já citei o caso aqui que eu estive em São Paulo naquele dia de Congonhas e fui com o Deputado Miguel Martini pegar o avião. O avião sairia às 4h13min, o avião 3710, o número do voo. Aí estava no nosso cartão de embarque Portão 4. Chegamos lá, estava no painel Portão 4. Nós nos dirigimos ao Portão 4, chegamos lá, a moça: não, o portão de vocês é o 15. Nós descemos para o Portão 15. Quando chegamos no Portão 15, estava lá: voo 3845, não tinha nada a ver com o nosso voo. Eu já ia voltando. Eu digo: não, o voo não é aqui. Mas já desconfiado, porque as informações não são precisas, perguntei a uma pessoa da fila. Ela disse: não, esse é o voo 3710 — que era o nosso voo —, vai para Brasília. Eu digo: Mas o que está apresentando lá é um outro número.

Agora, essa semana, eu fui de novo a São Paulo. Mesmo voo, no mesmo horário, Portão 4; painel, Portão 4; meu cartão, Portão 4. Eu me dirigi para o Portão 4: não, é o no Portão 13. Desci para o Portão 13, graças a Deus era o Portão 13 mesmo. Fui embora.

É brincadeira um negócio desse! Então a pessoa vai para pegar um voo, o avião atrasa, ninguém tem uma informação para dizer quanto tempo vai atrasar, se o voo foi cancelado, se a pessoa pode tomar outra providência. Isso é um total desrespeito!

Então as duas questões emergenciais que vejo no momento são essas aí. Botar os aviões para voar e dar uma informação precisa. Se nós conseguíssemos adiantar nisso daí... Parece que os aviões já estão voando; se conseguíssemos dar uma informação precisa, esta CPI, de certa forma, modestamente, já estaria contribuindo para melhorar esse problema que está acontecendo.

Agora, respondendo aqui às questões que foram levantadas, primeiro, o Deputado Vic Pires sobre a...



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, tinha questão do depoimento amanhã que eu levantei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vou responder agora.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ... da reconvocação de pessoas que já vieram à CPI. Pela nossa assessoria aqui — evidentemente que eu não sou *expert* nesse assunto —, nós temos que fazer todo o procedimento. Quer dizer, apresentou um requerimento, o requerimento foi votado, a pessoa foi convocada, veio, prestou seu depoimento, ponto final.

Se nós queremos que essa pessoa seja convocada de novo, temos que fazer todo o processo. Apresentar outro requerimento, ser votado e convocada novamente. Então essa é a decisão da Mesa.

A outra questão que foi levantada...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, V.Exa. ouviu a Assessoria, o Sílvio, da Assessoria, o Marco?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Ouvi.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Só precisa um requerimento, depois é só a CPI deliberar. O Sílvio está aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não foi isso que o Sílvio passou para mim.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** Mas ele está aí, inclusive está na mesa, está aqui na sala. Eu confio em V.Exa., apesar de que vou recorrer para a CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Ou eu não entendi o que o Sílvio disse, ou o Sílvio mudou de opinião. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Tudo pode acontecer.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, como contribuição. Se V.Exa... Mesmo respondendo agora, porque cabe um recurso, pelo interesse dessa matéria até para outras CPIs, mas valeria a pena uma consulta ao Supremo, porque lembro que já há precedentes em outras CPIs em que um requerimento de uma convocação foi o suficiente para justificar novas reconvoções. Isso foi objeto de questionamento no Supremo.



Então, mesmo que V.Exa. decida hoje...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Como é?

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Caberia um recurso, enfim, como aquele já apresentado, para que se analisem decisões, porque nós não temos um Regimento de CPI. Nós utilizamos, por analogia, o Regimento da Câmara, que trata das Comissões, mas já houve outras CPIs em que um pedido só serviu para justificar novas reconvoções, e essa matéria foi objeto de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Da minha parte, nenhum problema. Isso, nós podemos discutir com mais calma e procurar o Deputado...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu já fiz inclusive a reconvoção de depoente aqui. O meu entendimento é que, efetivamente, na hora em que V.Exa. aprova uma ata na outra sessão e que o depoimento nela está incluso, terminou o ato daquele convocatório. A menos que V.Exa., quando há oitiva, suspenda o depoimento dele e remarque a continuidade. Se V.Exa. não o fez, encerrou o ato convocatório pelo requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito. Bom, mas por enquanto fica valendo essa decisão. Nós podemos aprofundar as informações e consultas, falar com o Mozart. Não há nenhuma crise quanto a isso, não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas, Sr. Presidente, fica inconcluso, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não. fica concluso provisoriamente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Como é? Concluso provisoriamente. Existe?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Provisoriamente. A decisão...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, o senhor tem que decidir agora, até para que eu resolva aqui se eu vou recorrer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A decisão da Mesa — já foi comunicada — é que, para uma pessoa ser reconvocada, é preciso apresentar um outro requerimento, ser votado, seguir todo o rito normal. Bom, se houver um



convencimento da minha parte, futuramente, por informações de pessoas que entendem melhor...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Independente de eu recorrer à CCJ, você pode estudar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro, evidente, sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Então, em respeito V.Exa., eu não vou recorrer à CCJ e vou esperar que V.Exa... Porque teria que recorrer ao Presidente da Câmara. Vou esperar que V.Exa. reconsidere isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tudo bem, perfeito.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Só para contribuir, Sr. Presidente, o que o Deputado Gustavo Fruet disse é fruto de um mandado de segurança que já foi impetrado em uma outra CPI. Talvez a assessoria pudesse tomar a iniciativa de buscar essas informações para lhe fornecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tudo bem. A outra questão levantada pelo Deputado Vanderlei Macris é a questão do adiamento da convocação do Deputado Carlos Wilson. Então, eu achei muito ponderadas as observações que foram feitas pelo Deputado Eduardo Cunha no sentido de que essa CPI já tem um precedente. Nós ouvimos 3 ex-Presidentes da INFRAERO sem as informações que estão sendo alegadas, que seriam necessárias para ouvir os Presidentes da INFRAERO. Então, não vejo por que nós darmos um tratamento diferenciado, especial ou discriminatório ao Deputado Carlos Wilson. Acrescente-se que o Deputado Carlos Wilson, ele, por ser Parlamentar, por ser Deputado Federal, tem o direito de marcar o seu dia e a sua hora de depor. E ele fez isso prontamente. Era para ter sido ouvido na semana atrasada, mas faleceu um irmão seu em Moscou e ele, com essas ocupações normais de um irmão falecido, nos comunicou e nós deixamos a critério dele até que ele novamente se dispusesse. Prontamente, passada a fase do sétimo dia da morte do irmão, ele já se manifestou e nós marcamos. Comunicamos a todos. Está marcada, está publicada. Não vejo uma razão preponderante para adiar essa convocação.

Agora, quanto àquilo que o Deputado Eduardo Cunha disse, faço também aqui minhas as suas palavras. Se, posteriormente, nós acharmos que ele ou





qualquer outra pessoa que andou aqui deva ser reconvocada, não tem nenhum problema, reconvocaremos e ele virá prestar as informações que nós julgarmos necessárias, mesmo porque isso aqui é CCP, é um processo, é dinâmico. Nós estamos hoje com um tipo de informação. Amanhã, nós temos uma informação adicional, que precisa ser esclarecida. Não tem problema nenhum, aquela pessoa que veio aqui, que não prestou aquela informação, agora virá de novo para tirar, dirimir aquela dúvida que por acaso seja suscitada.

V.Exa. queria falar, Deputado?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Gostaria, Sr. Presidente. Eu respeito a decisão de V.Exa., mas eu queria discordar, até porque nós temos uma solicitação feita de auditorias ao Tribunal de Contas e nós gostaríamos muito que fosse votada essa proposta. Houve uma série de propostas, uma série de levantamentos de irregularidades na gestão do Sr. Carlos Wilson, e exatamente em função dessas denúncias que existem é que nós queríamos comprovar com dados e informações afim de que ele pudesse ser inquirido com muito mais tranquilidade nesta Comissão, de posse dessas informações de auditorias do Tribunal. Então, era exatamente... Foi essa a motivação que nós tivemos na solicitação do adiamento da reunião. E eu queria insistir também para que V.Exa. colocasse em votação a solicitação do Tribunal de Contas — essa é uma decisão já anterior da bancada — para que nós votemos essa proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos votar agora. Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Só uma questão: eu várias vezes falei que esses relatórios eram preliminares e que eles não poderiam ser levados em conta como absolutos. São engraçados os Deputados do PSDB. Quando nós inquirimos o Perrone — e tem denúncias conclusas em relação ao aeroporto de Salvador — também não tinha o relatório do Tribunal de Contas da União. E o depoimento do Perrone transcorreu, assim como o do Pettengill, normalmente, assim como o do J. Carlos, normalmente. Lógico que não tinha muito relatório contra a administração do Perrone, eles não fizeram aeroportos, quando fizeram, tinha...



Tem menos mesmo, de fato tem muito menos. Como se fez mais aeroportos agora, tem mais questionamentos preliminares. Então, por isso, desmarcar uma audiência com o atual... o único Presidente que falta ouvir, realmente, como eu disse, é fazer luta política barata.com

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, eu queria contestar a fala do Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Dizer que luta política barata deve ter sido a intenção com que S.Exa. teria vindo para esta Comissão, para debater um assunto tão sério quanto esse. Quero dizer a V.Exa., Sr. Deputado, que a luta que nós estamos travando aqui é para dar uma contribuição a esse Governo incompetente que S.Exa. representa nesta Casa para ter o mínimo de responsabilidade. E, mais do que isso, competência de gestão numa crise como esta, em que bastou a CPI atuar esta semana para que o Presidente da República e o Governo tivessem a possibilidade de buscar uma saída para essa crise. Então, eu queria dizer a S.Exa. que, neste momento, nós estamos atuando aqui com a seriedade que até agora a CPI atuou. Não estamos fazendo disputa política, isso está mais do que provado neste mês e meio em que trabalhamos aqui. Queremos respostas à sociedade. Essa é a intenção que temos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Só para contraditar, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Primeiro que eu pertença a esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para a tréplica, e vamos encerrar esse assunto.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - E mais do que isso. Realmente, eu não me lembro de ter-se alvoroçado aqui e desmarcado o depoimento do Perrone por falta do relatório conclusivo da CPI. Foi isso que eu disse, e volto a dizer. E ele depôs. E eu estou dizendo que o Carlos Wilson deve depor, está disposto a depor. Exatamente. Agora, em relação à comparação de Governos e competências, a pesquisa está dizendo. Vocês governaram por 8 anos, fizeram poucos aeroportos, por isso que tem poucos pareceres preliminares do Tribunal de Contas da União.



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Os poucos o foram com seriedade.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Sr. Presidente, eu, que não governei nunca, faria uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O melhor que um Deputado faz é sempre ser de oposição, porque...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - A sugestão é a seguinte: já que está marcado, a idéia é a seguinte — inclusive eu menciono isso aos Deputados do PSDB. Existe um farto material que o próprio TCU já passou para a mídia e que está disponível no *Google*. Quer dizer, o primeiro... depoimento amanhã... até onde... Eu já li assim “*O preço do finger do aeroporto de Congonhas...*” Qual é o preço do *finger* no mercado e qual é o preço que se atribui à construção? Todo o esquema do aeroporto de Congonhas, todo o processo, foi amplamente divulgado na mídia. Eu acho que daria para amanhã — para essa conferência — utilizar o material que o Tribunal lançou na mídia. A outra hipótese é chamar o Relator, ou buscar uma audiência com o Relator e pedir a ele... porque é preciso se mover também, se quiser.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito. Isso também já está solicitado também.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Macris — só um instantinho, nobre Deputado. É só para responder ao Deputado Macris e justificar a minha posição.

Deputado, observe bem a minha posição como Presidente: o Deputado Carlos Wilson é nosso colega aqui, Parlamentar. Nós não usamos esse procedimento com nenhum dos outros ex-Presidentes. Então, para usar com ele ou contra ele, nós teríamos que ter uma argumentação, uma razão, que eu acho que não são suficientes. Então, a minha posição é de manter, porque já está difundido, já está marcado, já está publicado. E se ele me dissesse: “*Bom, Marcelo, e por que você está usando comigo e não usou com os outros?*” Evidente, Deputado, que isso daqui não significa que ele vá trazer informações imprecisas ou insuficientes. E se por acaso acontecer isso, nós temos o recurso de reconvocá-lo. Isso não tem



nenhum problema, não é nenhuma crise, é apenas para manter um procedimento uniforme com todos, porque é uma maneira de a CPI se respaldar e manter a sua autoridade, ser isonômica.

Deputado Wladimir Costa.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Sr. Presidente, somente acompanhando a orientação de V.Exa. e a orientação do nobre Deputado Eduardo Cunha, que coordena a nossa bancada nesta CPI, diria que a nossa intenção unicamente é dar celeridade às nossas investigações, haja vista que ainda existem uma série de assuntos pendentes nesta CPI. A partir do momento em que nós protelarmos, avança, leva mais para a frente, e tudo mais... E o Deputado Carlos Wilson, em hipótese alguma, tem se esquivado do seu compromisso de vir aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É verdade.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Aliás, tem sido bastante solícito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Tem ligado para os gabinetes e se colocado inclusive à disposição não só para vir na CPI, mas para ir para reuniões isoladas com qualquer um dos membros da CPI, inclusive no meu gabinete, para dar a explicação que nós entendemos importante. Então eu gostaria de acompanhar. Acho de fundamental importância a vinda do companheiro Carlos Wilson amanhã aqui na CPI. Somente isso, Sr. Presidente. Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Agora, para finalizar, essa questão da entrevista... *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, está...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Meu requerimento não foi colocado em pauta, Deputado Vaccarezza. Foi uma decisão do Presidente.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não pode ser colocado em pauta. Ele é ilegal, Macris.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) O que V.Exa. ia dizendo...



**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Questão de ordem, com base no art. 36, parágrafo único. *“As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no código de Processo Penal”.*

Quero fazer a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu ia parar, Sr. Presidente. mas como é importante, e V.Exa. encaminhou o acordo, é para ficar claro como nós devemos nos conduzir em relação à oitiva e convocação de Parlamentares. O Código de Processo Penal, no art. 221, diz o seguinte:

*“221. O Presidente, o Vice-Presidente da República, os senadores e deputados federais, os ministros de Estado, os governadores de Estado e Territórios e seus secretários de Estado, os prefeitos do Distrito Federal e dos Municípios, os Deputados das Assembléias Legislativas Estaduais, os membros do Poder Judiciário, os ministros e juizes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, bem como os do Tribunal Marítimo serão inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados entre eles e o juiz.”*

Isso é o que rege.

Portanto, V.Exa. não descumpriu nenhum acordo e não pode colocar em pauta o requerimento do Deputado Macris. Então, se o Deputado Carlos Wilson marcou a data para ser ouvido amanhã à tarde, não cabe... A CPI não tem poder de convocar outra data.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Com certeza. V.Exa. vem ajudar esta Presidência. E foi uma decisão que tomamos baseado nessa prerrogativa que tem o Parlamentar.

E, para finalizar, só essa questão aqui que foi tão debatida e falada, da entrevista do suíço na TV, que o Deputado Gabeira falou. Em momento nenhum eu fiz crítica porque ele fosse suíço ou sei lá o que for. Para mim é indiferente. Eu critiquei mais foi o espaço que a televisão deu para transmitir uma informação dessa daí, que eu acho que só vem trazer intranqüilidade baseada numa informação que



para nós é patentemente e flagrantemente equivocada, para não dizer um termo mais forte.

Então se, por acaso, a informação fosse verdadeira, era questão da televisão discutir ou não, colocar ou não. Mas uma informação dessa, que a gente sabe que não é verdadeira, só para trazer intranquilidade, não sei a quem serve isso.

Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, é uma questão de ordem com base no art. 96, da parte da reclamação. V.Exa. hoje conduziu com bastante liberalidade e ninguém o interrompeu, porque estava debatendo. Mas eu acho que agora nós temos que voltar ao curso e cumprir o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - O art. 82 do Regimento fala claramente, no § 2º: "*Havendo matéria a ser votada e número legal para deliberar, proceder-se-á imediatamente à votação, interrompendo-se o orador que estiver na tribuna*". Nós já estamos aqui há 2 horas 15 minutos. E há outra coisa: tem a discussão da reforma política, vários Parlamentares que gostariam de votar já passaram e saíram. Quer dizer, daqui a pouco nós vamos ser obrigados a obstruir as votações e não vamos ter nem mais *quorum*. Então, peço a V.Exa. que dê curso à Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado. Atendida a reclamação de V.Exa. *in totum*.

Há sobre a mesa requerimento extrapauta, de autoria da nobre Deputada Solange Amaral, que requer inclusão de matéria extrapauta.

Sr. Presidente, nos termos do art. 52 e parágrafo 5º do Regimento Interno, requiro a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia, para apreciação, do Requerimento nº 362/2007. Esse requerimento faz a juntada das assinaturas do número regimental. Nós, então, vamos passar à leitura do requerimento:

Requerimento de autoria do nobre Deputado Efraim Filho...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Nós vamos votar alguma coisa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Agora?





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Agora.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mesmo com a Ordem do Dia começada, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, não começou ainda não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Já começou sim, Sr. Presidente. O Conselho de Ética encerrou, exatamente porque tinha começado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, quando começa a luzinha fica piscando.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eu sei .

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A luz estava acesa fora da hora, pode estar não acesa na hora devida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos aguardar um pouco (*Risos.*) Então, o requerimento é de autoria do nobre Deputado Efraim Filho, Solange Amaral, Vic Pires e Vitor Penido, e solicita a convocação do Sr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas da União, para prestar depoimento.

*“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa. com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal, e 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Sr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas da União, para prestar depoimento nessa CPI criada para investigar as causas e conseqüências dos responsáveis pela crise do sistema do tráfego aéreo brasileiro.”*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, como autor do requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa., como autor do requerimento, tem a palavra, Deputado Vic Pires, para encaminhar o requerimento.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu não tenho dúvida nenhuma que essa Comissão vai aprovar por unanimidade a convocação, a



vinda aqui do Dr. Lucas Furtado, até porque é um Procurador Geral do Ministério Público do Tribunal de Contas da União e ele só virá aqui para contribuir, como já foi lá no Senado. Então, não tem muito o que falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - ... até porque eu não tenho dúvida nenhuma, pelo que eu conversei aqui com os companheiros, de que nós vamos aprovar essa vinda dele aqui. Então, eu espero contar com o voto...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires, só para esclarecer bem.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nós estamos aprovando a inclusão na pauta.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Na pauta. Pois então, exatamente, eu estou apenas dizendo que nós não temos como não colocar em pauta...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - ... um requerimento desse. Claro, que depois nós vamos discutir o mérito. E que também acho que por unanimidade, nós vamos aprovar. Até porque ele fez uma declaração no Senado que é muito grave, de que na INFRAERO havia uma caixa-preta. Então, nada melhor do que ele vir aqui para mostrar para todos nós aqui qual é essa caixa-preta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Foi o mesmo que disse que o Ministério da Defesa é uma perfumaria

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não sei se fui eu mesmo, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Acho que foi.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não sei se foi o mesmo, mas eu tenho o maior respeito por ele. Acho que todos nós temos aqui, até porque o cargo que ele ocupa, ele não teria chegado aonde chegou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sem dúvida

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Então, seria muito importante para a Comissão, não é para o Democratas ou para Oposição, mas para a Comissão que



ele viesse aqui. Então, peço aos colegas aqui, ao Deputado Eduardo Cunha — que já está apontando os dedos ali para o microfone — que a gente possa aprovar essa inclusão na pauta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar, o Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu vou encaminhar contrário, não porque eu esteja contra a convocação de quem quer que seja, até porque não estamos apreciando o requerimento de convocação e, sim, de inclusão extrapauta. Eu havia alertado, numa das sessões deliberativas, de que nós não iríamos aprovar inclusão extrapauta de nenhuma natureza, para que a gente evitasse deliberar sobre requerimentos... Porque toda sessão ia ser uma centena de requerimentos de inclusão extrapauta.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas não foi deliberado, me desculpe...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, não, eu disse “nós”. Quando disse nós, somos nós, partidariamente...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** Ah, sim, desculpe!

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - ... e não Comissão. Isso não tem nada a ver, obviamente que não. V.Exa. tem todo direito de apresentar esse e quantos requerimentos V.Exa. entender conveniente. Então, a nossa posição é que... O que que vai acontecer? Tem que se ter 12 votos para aprovar inclusão extrapauta. Não haverá os 12 votos, e efetivamente não vamos apreciar nenhum dos requerimentos que estão na pauta de hoje. E assim, vai passar a impressão de que a gente não quer deliberar. Então, pelo PMDB vamos encaminhar contrariamente e vamos entrar em obstrução. Não vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha, se V.Exa. me permite, 13 votos são necessários, a metade mais um.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A metade mais um, 13 votos, perdão. E sabidamente não há 13 votos do bloco que tá pedindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Gustavo Fruet, depois o Deputado André Vargas.



**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, 3 observações: a primeira, para registrar que tanto em público, já no início dos trabalhos, quanto nas reuniões internas, que sempre destacamos a necessidade de primeiro termos acesso às informações para melhor qualificarmos o debate. Então, a posição, V.Exa. bem respondeu hoje ao questionamento do Deputado Vanderlei Macris com relação ao depoimento pela manhã, mas se deu em relação a todos os depoentes. Inclusive, pela última vez me manifestei em público quando estive aqui o Presidente da ANAC. Inclusive temos já um pedido de reconvocação porque chegaram documentos, ontem, como os de HOTRANs, multas e pareceres da ANAC que ajudam o Relator, e seguramente também os Deputados, a ter mais elementos para informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) Perfeito.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Então, nós estamos pedindo este, junto com mais 2 requerimentos, que não se referem a informações públicas do Tribunal de Contas. Nós estamos pedindo a convocação do Procurador. Estamos pedindo todas as auditorias sobre o sistema de tráfego aéreo, não especificamente com relação a nenhuma empresa. E um dos requerimentos trata especificamente de uma auditoria da Controladoria-Geral da União. E, como disse no início, não queremos passar essa intransigência. Mas é um divisor. É para marcar se efetivamente nós vamos avançar na questão da infra-estrutura e gestão como estamos avançando, e se vamos poder avançar com relação a investigações que existem. Mas até agora não tivemos acesso a esses dados. E porque nesse momento nós teremos talvez mais 2 semanas — não sei a posição de V.Exa. em relação ao recesso, se será... se haverá ou não interrupção — e os trabalhos devem se encerrar no mês de agosto, no início de setembro, salvo engano, se houver a prorrogação. Mesmo pedindo agora essas informações, nós talvez não tenhamos o tempo hábil de recebê-las se for para votar em outra sessão. Então, hoje é para deixar já registrado se nós queremos ou não avançar nessas informações. A Minoria está fazendo a sua parte.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, apenas para contribuir, se o senhor me permite.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado André Vargas está...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Já houve encaminhamento. O que vamos fazer é votar.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, é para contribuir, Deputado. É para contribuir. Se V.Exa.... O Deputado Eduardo Cunha falou que vai obstruir a sessão, automaticamente ela vai cair e nós vamos prejudicar aqui o andamento da votação dos requerimentos. Então, se V.Exa. se comprometer com a Comissão e conosco de que não existe isso aqui, que esse requerimento entra na próxima pauta, e acabou, nós vamos votar tudo sem problema nenhum. Basta que V.Exa., como Presidente, que é quem faz a pauta, diga que esse requerimento do Dr. Lucas Furtado entra na próxima pauta. Preciso ouvir isso de V.Exa., só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, eu já me posicionei sobre isso aí. Nós temos vários requerimentos aqui na Comissão. Eu coloquei em pauta os que eu achava que deveria colocar. Eu coloquei “não” nos que eu achava que não deveria colocar.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** V.Exa. poderia me explicar por que não colocou esse, já que V.Exa. está, elegantemente, me respondendo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Se V.Exa. deixar...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ... é agora. Em grande número dos requerimentos eu coloquei no rótulo de “polêmico”. Esse requerimento aí está como polêmico. O que é isso? São requerimentos que podem não estar dentro do âmbito da CPI. Tem a questão da INFRAERO — investiga, não investiga. O que que eu quero? Eu quero transferir, ou melhor dizendo, eu quero dividir essa responsabilidade com todos... com V.Exas. Então, hoje era um dia que era para a gente discutir isso daí, requerimento por requerimento, se nós incluiríamos em pauta ou não. Eu não quero assumir essa responsabilidade sozinho. Eu quero, então, dividir essa responsabilidade com todos os membros da CPI.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pois então? Então, eu ouço o Deputado Eduardo Cunha para a gente vê se na próxima... E pronto, resolve tudo.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu não sou Presidente da Comissão, nem... Essa prerrogativa é da Presidência. Eu entendo que se o requerimento estiver na pauta, na hora nós vamos deliberar se votamos ou não votamos. Eu acho que é favorável...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas quem coloca na pauta? Eu não estou entendendo. Eu comecei a achar que não estou aqui há 13 anos. Quem coloca na pauta não é V.Exa., Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu coloco.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Baseado em quê? E me desculpe V.Exa. Sobre uma decisão sua...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, pela ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) Baseado...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, pela ordem! Pela ordem, Sr. Presidente. Uma questão de ordem. As prerrogativas são definidas no Regimento.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pois, então!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - O Deputado Vic Pires está questionando as prerrogativas que V.Exa. tem. Quer dizer, é esse o debate?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas ele acabou de dizer que não são as prerrogativas dele, que ele não está usando essa prerrogativa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A prerrogativa é minha, o Presidente é quem faz a pauta. Tem sido assim até agora. Quem coloca os requerimentos na pauta sou eu. Só que...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas o argumento que V.Exa. está dando, me permita, me desculpa. Carlos Wilson está vindo; é INFRAERO; Dra. Terezinha Eleuza, Eleuza Therezinha é INFRAERO; diretores da INFRAERO já vieram aqui. Eu não estou entendendo o porquê de em relação ao Dr. Lucas Furtado, V.Exa. se furtar à vinda dele, de V.Exa. não querer que ele venha aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É só essa. Eu não acho que seja mais polêmico do que o Deputado Carlos Wilson, nosso companheiro.





**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Nem o Perrone.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O Perrone, qualquer um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Bom, então, eu estou aqui explicando por que eu levantei esses requerimentos todos e os coloquei como polêmicos. Eu poderia, simplesmente, dizer: não, não vou colocar. Não, não estou dizendo isso. Eu coloquei como polêmico para discutirmos aqui na hora própria, que seria hoje, que era para ter sido quarta-feira da semana passada, que era para ter sido quarta-feira da semana atrasada, mas que, infelizmente, fatos “supervenientes” não nos permitiram isso. Não é por falta de vontade nisso. E já está acertado há 3 semanas.

Então, na próxima semana, quarta-feira... Seria bom que despachássemos essa pauta aqui para, exclusivamente, fazermos uma reunião interna onde nós iríamos, já provoquei isso aqui várias vezes, fazer um redirecionamento da CPI, fazer uma autocrítica: o que fizemos, o que produzimos, qual o rumo que estamos tomando. Estamos no rumo certo? Vamos enveredar por esse caminho ou não vamos? E quero dividir isso democraticamente com todos, todos os membros da CPI. E não tomar uma decisão autocrática e ficar... Porque se eu tomar uma decisão dessas: convoca. Vai ter alguém para dizer: “*Não, não deveria ser*”. Se eu disser: não, não convoca. Vai ter alguém para dizer: “*Não deveria ser*”.

Portanto, aqueles que não têm polêmica, que eu achei que fossem... que deveriam ser colocados em pauta, eu já coloquei. Os que eu acho que não deveria colocar em pauta eu já botei um “não” lá. Está aí: ‘não’. Não é para colocar, eu não vou colocar. E os que são polêmicos são, exatamente, para que deliberemos aqui democraticamente. Quando foi questionada aqui, uma época, o tipo de Presidência, eu disse: “*Essa é uma Presidência mitigada (risos), é uma Presidência que é liberal, que quer fazer as coisas democraticamente*”.

Então, vamos passar à votação do requerimento.

**O SR. DEPUTADO OTÁVIO LEITE** Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado André Vargas estava inscrito. Desculpe.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, primeiro quero elogiar V.Exa. pelo critério que V.Exa. tem tido. E, segundo, há um certo desnorreamento



em relação às prioridades de uns e de outros, mas em especial essa... Veja: nós tivemos aí uma polêmica da convocação da Dra. Eleuza. Depois foi votado o requerimento com tranquilidade. Alguns entendiam que não era o momento e quando entenderam que era o momento, V.Exa. colocou, convocou, veio aqui e: *show*, não é? Foi muito bem, esclareceu firme. Agora havia um açoitamento para convocar o Deputado Carlos Wilson. Vamos falar a verdade, havia um açoitamento. Foi convocado. Agora, não, agora acho que tem... E o Dr. Lucas Furtado já existia, já tinha dito coisas, e inclusive desdito. Porque eu mesmo disse aqui. Ele disse que era caixa-preta e lá... e apontou no requerimento que deveria construir um SISNAPE aeroportuário porque os pareceres estavam sem base de preços, por isso, preliminares. Era esse todo um debate, que nós vamos acabar fazendo por alguns momentos na CPI.

Portanto, Sr. Presidente, extrapauta seria exatamente quando o conjunto da Comissão entendesse que é urgente que isso ocorra. E a orientação que nós fazemos, nós do Partido dos Trabalhadores, é que nós votemos a pauta que está parada aí. A semana passada não foi possível fazer reunião por conta da visita ao CINDACTA. Então, há toda uma precedência em relação a isso. Portanto, nós solicitaríamos, também, ao conjunto de Deputados da CPI que agíssemos com bom senso: vamos votar essa questão. Agora, por conta da inclusão numa extrapauta, daqui a pouco nós inviabilizamos inclusive a votação dos requerimentos que estão na pauta e que mostram uma certa contradição.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Sr. Presidente, uma ponderação breve. Posso? Um segundo. Questão de ordem é rapidinho, rapidinho.

Sr. Presidente, curiosamente na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, quando se organizava a pauta, lá pelas tantas chegou-se à seguinte conclusão: *“Olha, vamos fazer pautas extraordinárias com um projeto de cada Vereador, não polêmico”*. Isso se instituiu como um hábito. Resultado: nunca se apreciou projeto polêmico. Raríssimas vezes etc.

Eu compreendo a preocupação de V.Exa. de dividir o discernimento do que é necessário, prioritário etc. e ter, enfim, emblematizado alguns com esse carimbo de *“polêmico”*. Mas eu parto do princípio de que todos aqui, todos, indiscutivelmente, temos a preocupação de contribuir. Todos os requerimentos, de antemão, são



válidos, são bem-intencionados. A questão está na prioridade. Então, quando alguns desses que são solicitados para ser incluídos extrapauta recebem uma atitude refratária formalmente. Acho que indo inclusive de encontro ao espírito que tem permeado o trabalho da CPI, isso não chama a atenção, porque não há nada de errado na substância desses requerimentos. Quando V.Exa. estabelece prioridade — e aí vai a sugestão —, talvez seja o mais adequado V.Exa. ouvir um pouco mais os Deputados para tentar incluir aqueles que, à luz de visões díspares, diferentes, pelo menos são os prioritários, para que sejam colocados em discussão. Porque, na verdade, a pauta de V.Exa. não tem um requerimento nosso, não tem um requerimento nosso. E se entrar no mérito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Como é a história?

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Não tem requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nosso de quem?

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O que é isso?

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Não tem. Nessa pauta de hoje, Presidente, posso estar errado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Na de hoje?

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** ... mas eu ouvi isso quando cheguei hoje e dei uma olhada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, Deputado, não faça... não faça...

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Do PSDB, nessa pauta, Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente,

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não faça um tipo de acusação dessa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Estava bem curta. Sr. Presidente, pela ordem. Estava bem curta e aguçada a sua colocação. É para conturbar mesmo.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Não, não, não, não. Eu quero saber... Qual é a pauta de agora, de hoje, deste instante?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, não diga uma coisa dessa. Aqui se nós levantarmos os requerimentos que foram aprovados aqui nesta Comissão...

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Não, isso sim. Eu estou falando a pauta de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ... se fizermos a proporcionalidade entre os Parlamentares que são de Oposição e os Deputados que são de Governo...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, V.Exa. poderia ler um requerimento do Democratas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ... eu sou capaz de apostar com V.Exa. que a Oposição leva vantagem.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, V.Exa. poderia ler um requerimento do Democratas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos votar, então.

Para a inclusão do requerimento.

Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Beto Mansur  
(*Pausa.*)

Deputado Carlos Zarattini (*Pausa.*)

Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu vou tirar a obstrução e vou votar “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, nós só devíamos tratar extrapauta após ter votado a pauta. Devíamos tratar como praxe isso. Vamos votar a pauta toda e depois vamos tratar dos extrapauta. Isso é que seria...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Mas o que a minha assessoria — é regimental — orienta é que primeiro vote os requerimentos extrapauta...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Então, nós vamos ficar aqui sem votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Porque esses requerimentos extrapauta podem inclusive ser inversão de pauta.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Está bom. “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado José Carlos Araújo, “não”.

Deputado Leonardo Quintão (*Pausa.*)

Deputado Marcelo Castro, “não”

Deputado Marco Maia.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Nelson Meurer (*Pausa.*)

Deputado Paes Landim (*Pausa.*)

Deputado Pepe Vargas (*Pausa.*)

Deputado Wladimir Costa.

**O SR. DEPUTADO O SR. WLADIMIR COSTA** - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Bloco PSDB/Democratas/PPS:

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (*Pausa.*)

Deputado Geraldo Thadeu (*Pausa.*)

Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) Deputada Solange Amaral (*Pausa.*)

Deputado Vanderlei Macris (*Pausa.*)

Deputado Vic Pires Franco.



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu vou votar “sim” e eu gostaria que V.Exa. me respondesse se há um requerimento sequer do Democratas na pauta de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vitor Penido (*Pausa.*)

PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN:

Deputado Dr. Ubiali (*Pausa.*)

Deputado Osmar Júnior (*Pausa.*)

Deputado Wolney Queiroz (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - PV:

Deputado Fernando Gabeira (*Pausa.*)

PSOL:

Deputada Luciana Genro (*Pausa.*)

Deputado Cândido Vaccarezza.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Carlos..., Deputado Filipe Pereira.

**O SR. DEPUTADO FILIPE PEREIRA** - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Léo Alcântara (*Pausa.*)

Deputado Luiz Fernando Faria (*Pausa.*)

Deputado Nelson Pellegrino (*Pausa.*)

Deputado Rocha Loures (*Pausa.*)

Deputado Sabino Castelo Branco (*Pausa.*)

Deputado Sandes Júnior (*Pausa.*)

Bloco PSDB/Democratas/PPS:

Deputado Arnaldo Jardim (*Pausa.*)

Deputado Carlos Sampaio (*Pausa.*)

Deputado Davi Alcolumbre (*Pausa.*)

Deputado Efraim Filho (*Pausa.*)

Deputado Otavio Leite (*Pausa.*)

Deputado Rodrigo de Castro (*Pausa.*)

Deputado Silvinho Peccioli (*Pausa.*)





PSDB/PDT/PMN:

Deputado Sérgio Brito (*Pausa.*)

Deputado Silvio Costa (*Pausa.*)

PV:

Deputado Fábio Ramalho (*Pausa.*)

PSOL:

Deputado Ivan Valente (*Pausa.*)

PHS:

Deputado Miguel Martini (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Caiu a sessão. Foram 9 “não” e 3 “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Um, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12. Então, caiu a sessão.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, está encerrada a sessão.